

MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

RIO DE JANEIRO MARÇO 2011



MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e da Portaria CGU nº 2.546/2010.

**RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO: DIRETORA EXECUTIVA
E COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

RIO DE JANEIRO MARÇO 2011

SUMÁRIO

Lista de Abreviações e Siglas.....	5
Lista de Tabelas, Quadros e Gráficos.....	6
PARTE A CONTEÚDO GERAL.....	9
1. Informações de Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	9
1.1 Relatório de Gestão Individual.....	9
2. Informações sobre Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira.....	10
2.1. Responsabilidades institucionais da unidade.....	10
2.2. Estratégia de atuação diante das responsabilidades institucionais.....	10
2.3. Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade.....	11
2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	12
2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	15
BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL.....	14
LIVRO ABERTO.....	22
MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA.....	31
GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA.....	37
APOIO ADMINISTRATIVO.....	42
2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	41
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa.....	41
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa.....	44
2.4.3. Indicadores Institucionais.....	50
3. Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	50
4. Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	50
4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	50
4.2. Análise Crítica.....	51
5. Informações Sobre Recursos Humanos Da Unidade.....	52
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	61
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	62
5.3. Composição do Quadro de Estagiários.....	63
5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos.....	64
5.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	65
5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	67
6. Informação sobre as Transferências Mediante Convênio.....	68
6.1. Transferências Efetuadas no Exercício.....	68
6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010.....	68
6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	68
6.1.3. Informações s/ o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes.....	68
6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse.....	68
6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios.....	69
7. Declaração de Registros Atualizados no Siasg e no Siconv.....	69
8. Declaração da Área de Recursos Humanos da UJ sobre a Entrega das Declarações de Bens e Rendas.....	69
9. Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ.....	70
9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	70
10. Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Contratação de Serviços ou Obras.....	71
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	72
11. Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da UJ.....	73
11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	73
12. Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação.....	77
12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	77
13. Informações sobre Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	78

13.1. Despesa com cartão de crédito corporativo.....	78
14. Informações sobre Renúncia Tributária.....	78
15. Informações sobre Providências para Atender às Deliberações do TCU e da CGU.....	78
16. Informações sobre Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno da UJ.....	79
17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade p/ Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.....	92
PARTE B, INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	92
18. Declaração do Contador Responsável Pela UJ.....	92
19. Demonstrações Contábeis Previstas na Lei 4.320/64.....	92
20. Demonstrações Contábeis Previstas na Lei 6.404/76.....	92
21. Informações sobre a Composição Acionária do Capital Social.....	92
22. Parecer da Auditoria Independente.....	92
Anexos.....	93

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AA	Programa Apoio Administrativo
AMLB	Arquivo-Museu de Literatura Brasileira
ATP	Assistente Técnico da Presidência
BPC	Programa Brasil Patrimônio Cultural
C&T	Ciência e Tecnologia
CUB	Custo Unitário Básico
GDACT	Gratificao de Desempenho da Carreira de Ciência e Tecnologia
CGPA	Coordenao Geral de Planejamento e Administrao
CMI	Centro de Memória e Informao
CP	Centro de Pesquisa
FBN	Fundao Biblioteca Nacional
GAB	Gabinete da Presidência
GPC	Programa Gestão da Política de Cultura
FCRB	Fundao Casa de Rui Barbosa
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
LA	Programa Livro Aberto
MinC	Ministério da Cultura
MMC	Programa Museu Memória e Cidadania
SARH	Serviço de Administrao de Recursos Humanos
TI	Tecnologia da Informao

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Tabela 1 Identificação Da UJ – Relatório de Gestão Individual

Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Tabela 3- Demonstrativo da Execução do Programa Brasil Patrimônio Cultural

Tabela 4- Demonstrativo da Execução do Programa Livro Aberto

Tabela 4 Demonstrativo da Execução do Programa Museu Memória e Cidadania

Tabela 5 Demonstrativo da Execução do Programa Gestão da Política de Cultura

Tabela 6 Demonstrativo da Execução do Programa Apoio Administrativo

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Tabela 7 Ação: Gestão e Administração do Programa (BPC)

Tabela 8 Ação: Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural (BPC)

Tabela 9 Ação: Preservação de Acervos Culturais (BPC)

Tabela 10 Ação: Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural (BPC)

Tabela 11 Ação: Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural (BPC)

Tabela 12 Ação: Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural (BPC)

Tabela 13 Ação: Ampliação e Modernização de Laboratórios de Preservação da FCRB (BPC)

Tabela 14 Ação: Gestão e Administração do Programa (LA)

Tabela 15 Ação: Pesquisa na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Acadêmico e Literário (LA)

Tabela 16 Ação: Concessão de Bolsa na Área do Livro e da Leitura (LA)

Tabela 17 Ação: Produção de Obras Científicas, Acadêmicas e Literárias (LA)

Tabela 18 Ação: Concessão de Prêmios à Criação e à Difusão na área do Conhecimento Científico, Acadêmico e Literário (LA)

Tabela 19 Ação: Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura (LA)

Tabela 20 Ação: Gestão e Administração do Programa (MMC)

Tabela 21 Ação: Modernização de Museus, Ampliação e Reforma (MMC)

Tabela 22 Ação: Funcionamento de Museus (MMC)

Quadro 1 Público Atendido: Museu, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Arquivo Histórico e Institucional, e Biblioteca

Tabela 23 Ação: Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos (MMC)

Tabela 24 Ação: Capacitação de Profissionais de Museu (MMC)

Tabela 25 Ação: Gestão e Administração do Programa (GPC)

Tabela 26 Ação: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (GPC)

Quadro 2 Solicitação de Realização de Concurso

Quadro 3 Relação de Cursos e Servidores Capacitados

Tabela 27 Ação: Sistema Nacional de Informações Gerenciais e Culturais (GPC)

Tabela 28 Ação: Administração da Unidade (AA)

Quadro 4 Relação de despesas

Programação Orçamentária da Despesa

Tabela 29 Identificação das Unidades Orçamentárias

Tabela 30 Programação de Despesas Correntes

Tabela 31 Programação de Despesas de Capital

Tabela 32 Resumo da Programação de Despesas

Tabela 33 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Execução Orçamentária da Despesa

- Tabela 34 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ
Tabela 35 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ
Tabela 36 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ
Tabela 37 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação
Tabela 38 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação
Tabela 39 Consolidação da Gestão dos Gastos por Ação

Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

- Tabela 40 Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Informações sobre Recursos Humanos da Unidade

- Quadro 5 Quantidade de Cargos da FCRB – Siape
Quadro 6 Previsão de Aposentadorias – 2011 a 2015
Quadro 7 Recorte por Faixas Etárias do Quadro de Servidores Ativos da FCRB
Gráfico 1 Distribuição de Servidores por Faixa Etária
Quadro 8 Demonstrativo da Evolução da Força de Trabalho nos últimos cinco anos
Quadro 9 Distribuição da Força de Trabalho por Coordenação-Geral
Quadro 10 Distribuição da Força de Trabalho por Áreas
Quadro 11 Quantidade de Cargos da FCRB – Siape
Quadro 12 Força de Trabalho Fora do Quadro Próprio (terceirizados e estagiários)

Composição do Quadro de Servidores Ativos

- Tabela 41 Composição do Quadro de Recursos Humanos
Tabela 42 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária
Tabela 43 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade

Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

- Tabela 44 Composição do Quadro de Servidores Inativos
Tabela 45 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

Composição do Quadro de Estagiários

- Tabela 46 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro de Custos de Recursos Humanos

- Tabela 47 Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

- Tabela 48 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene, e Vigilância Ostensiva
Tabela 49 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra
Tabela 50 Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Transferências efetuadas no exercício

- Tabela 51 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios
Tabela 52 Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse
Tabela 53 Visão Geral Da Análise das Prestações de Contas de Convênios

Informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

- Tabela 54 Estrutura de Controles Internos da UJ

Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

- Tabela 55 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

- Tabela 56 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Tabela 57 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Tabela 58 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação

Tabela 59 Gestão de TI da UJ

Despesa com Cartão de Crédito Corporativo

Tabela 60 Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Tabela 61 Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (série histórica)

Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno da UJ

Tabela 62 Relatório de Auditoria Interna – Execução de Contrato

PARTE A, CONTEÚDO GERAL

1. Informações de Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1. Relatório de Gestão Individual

Tabela 2– Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Cultura			Código SIORG: 1926
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Casa de Rui Barbosa			
Denominação abreviada: FCRB			
Código SIORG: 261	Código LOA: 42201		Código SIAFI: 344001
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação			
Principal Atividade: Pesquisa e desenvolvimento... Atividades de Bibliotecas e Arquivos Atividades de Museus...			Código CNAE: 7220-7 9101-5 9102-3
Telefones/Fax de contato:	(021) 3289 4600	(021) 3289 4606	Fax (021) 3289 4690
E-mail: fcrb@rb.gov.br			
Página na Internet: www.casaruibarbosa.gov.br			
Endereço Postal: Rua São Clemente, 134 – Botafogo – CEP 21260-000 Rio de Janeiro RJ			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada Lei de criação nº 4.943, de 6 de abril de 1966, publicada no DOU, de 11 de abril de 1966.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada Decreto nº 5.039, de 7 de abril de 2004, aprova o Estatuto publicado no DOU, de 8 de abril de 2004			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Elaboração do Manual de Normas e Rotinas Boletim Interno – dez/2007 – Adendo Portaria do Presidente nº 33, de 7/12/2007 Boletim Interno – dez/2010 (retificado) Portaria do Presidente nº 46, de 30/12/2010			
Normas e procedimentos para solicitação, autorização, concessão e prestação de contas de diárias, passagens, hospedagem e traslado no âmbito da FCRB Boletim Interno- set/2008 – 2ª edição Portaria do Presidente nº 40, de 15/09/2008			
Normas e procedimentos relativos à gestão e fiscalização de contratos, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres. Boletim Interno maio/2009 – 1ª edição Portaria do Presidente nº 19, de 15/05/2009 Revisão e atualização da Portaria: Boletim Interno julho/2010 Portaria do Presidente nº 30, de 07/07/2010			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
344001	MinC/FCRB		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
34201	Fundação Casa de Rui Barbosa		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
344001	34201		

2. Informações sobre Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

2. 1. Responsabilidades institucionais da unidade

a. Competência Institucional

A Fundação Casa de Rui Barbosa tem por finalidade o desenvolvimento da cultura, por meio da pesquisa, do ensino, da preservação e da difusão, cumprindo-lhe, especialmente:

I - promover o conhecimento da vida e da obra de Rui Barbosa, por meio da guarda, preservação e divulgação dos bens que lhe pertenceram – residência, mobiliário, biblioteca e o arquivo pessoal – e de sua produção intelectual, destacando-se a publicação sistemática da obra por ele deixada, sua crítica e interpretação;

II - manter, ampliar e preservar os acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos e iconográficos de Rui Barbosa e da cultura brasileira, sob sua guarda, por intermédio de ações exemplares continuadas de conservação, preservação e acesso aos bens culturais; e

III - promover, em sua área de atuação, estudos e cursos que visem ao estabelecimento de padrões de eficiência e qualidade na área de conservação, preservação e acesso a bens culturais, assim como na elaboração de normas, tecnologias e procedimentos técnicos relacionados à gestão de seu patrimônio cultural.

O nosso fio condutor continua o de perseguir com muito trabalho e empenho os objetivos e os pontos estratégicos definidos a partir de nossa missão institucional *de promover a preservação e a pesquisa da memória e da produção literária e humanística e congregar iniciativas de reflexão e debate acerca da cultura brasileira, contribuindo para o conhecimento da sua diversidade e para o fortalecimento da cidadania.*

b. Objetivos estratégicos

Fundamentados na missão institucional, foram estabelecidos cinco programas estratégicos no início de nossa administração em 2003 e com esses propósitos dirigimos as nossas iniciativas e atividades. São os seguintes os eixos estratégicos:

I - **Cultura em ação** – Programa de pesquisa e reflexão sobre a cultura brasileira em sua diversidade, com o objetivo de promover e congregar iniciativas de reflexão e debate, contribuindo para o fortalecimento da cidadania.

II - **Elos culturais** – Programa de desenvolvimento de redes de pesquisadores e instituições para o compartilhamento de estudos e acervos, o estabelecimento de parcerias e projetos interinstitucionais e a reflexão sobre aspectos da cultura brasileira.

III - **Desenvolvimento tecnológico para a preservação** – Conjunto de iniciativas – estudos e pesquisas, cursos e treinamentos, edições e desenvolvimento de projetos – integrado aos trabalhos e redes já formados no Brasil para o desenvolvimento de técnicas e tecnologias aplicadas à conservação-restauração de bens culturais, móveis e imóveis.

IV - **Acervos: memória e informação** – Conjunto de iniciativas de tratamento, preservação e restauração dos acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos, do museu-casa, e de divulgação de informações e conteúdos sobre bens culturais.

V - **Programa de expansão do conjunto edificado da FCRB** – Série de ações para ampliação, redistribuição e integração dos espaços da instituição para garantir condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades de memória, pesquisa e difusão.

2.2. Estratégia de atuação diante das responsabilidades institucionais

a. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

As duas unidades finalísticas da Fundação – o Centro de Memória e Informação e o Centro de Pesquisa – já têm sedimentadas as linhas de ação que definimos no início da gestão, e suas iniciativas e

atividades têm procurado demonstrar a relevância do que podemos e somos capazes de produzir, no espectro de atuação do Ministério da Cultura, no universo técnico-científico das áreas de humanidade, de memória e informação.

Seguimos firmes nos propósitos de cuidar, manter, conservar, preservar e desenvolver o que temos e produzimos buscando sempre o compartilhamento de tudo com a sociedade. Mantivemos o fundamento de estruturar a reflexão e o debate acerca da cultura brasileira em séries temáticas e continuadas; em seminários, colóquios e simpósios, que têm se revelado muito eficientes na acumulação de conhecimento nas áreas em que atuamos. A receptividade que temos dos especialistas que convocamos e que nos convocam a promover parcerias em torno dos temas e áreas que nos são pertinentes nos permite afirmar que a FCRB já tem consolidada a inserção de seu trabalho numa rede significativa de colaboração cultural e científica. Nossas realizações também contaram com a participação, o apoio e o patrocínio de várias instituições, e com a valiosa colaboração de muitos parceiros, como, dentre vários outros igualmente importantes: a Associação de Amigos da Casa de Rui Barbosa; a Caixa Econômica Federal; a Petrobras; a Faperj; o CNPq; a Fundação Banco do Brasil.

b. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

Somos hoje uma instituição experiente, tendo alargado, em seus 80 anos, completados em 2010, nosso trabalho nos campos da pesquisa, do patrimônio e da memória.

O esforço expressivo de mobilização, de organização e de planejamento tem multiplicado nossas atividades. Na área da produção do conhecimento são vários os projetos de pesquisa, seja de pesquisadores do quadro funcional da Casa, seja de pesquisadores visitantes com bolsas individuais de agências de fomento, seja ainda com bolsas do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da FCRB. Promovemos e incentivamos a criação de seminários temáticos que se prolongam muitas vezes por um ano ou mais, um esforço necessário para que a nossa instituição guarde e amplie a sua importância como um centro de reflexão aplicado à produção de um conhecimento continuado e cumulativo.

Destacamos a seguir algumas atividades do ano de 2010 representativas do quadro evolutivo geral de nossa gestão.

Dentre as pesquisas em andamento, apontamos: Pensamento jurídico brasileiro; O moderno, o nacional e o popular no teatro oitocentista fluminense; Vozes escravas. Usos e práticas em torno da língua nacional no Rio de Janeiro (c. 1822-1870); Edição dos romances de Machado de Assis como hipertexto; História da política cultural no Brasil: 1964 aos anos 2000; e a pesquisa em preservação, com enfoque no estudo de argamassas com vistas à restauração das fachadas do Museu.

Dê-se igualmente destaque às séries que, pelo sétimo ano consecutivo, apresentam mensalmente debates multidisciplinares como: História e Culturas Urbanas, Memória & Informações, Arquivos Pessoais, e a série Um domingo na Casa de Rui Barbosa, dentre as ações educativas infantojuvenis, que este ano tiveram o importante reinício das atividades de empréstimo e de promoção de ações lúdico-pedagógicas da Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti.

Importantes encontros acadêmicos foram organizados com temas variados, indo desde Cultura, Trabalho e Cidade; História e Direito: uma Agenda de Pesquisa, passando por Crítica de Poesia, Arquivos Pessoais e História Social da Língua Nacional, até o 4º Encontro Machado de Assis. Realizamos, com bastante êxito, o 3º Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas. E continuando com as atividades acadêmico-científicas que promovemos neste ano gostaríamos ainda de destacar:

- a celebração do centenário de morte de Joaquim Nabuco, no encontro Reflexos de Joaquim Nabuco;
- a comemoração do centenário da morte de Angelo Agostini, o maior caricaturista da imprensa brasileira do século XIX, com o seminário Angelo Agostini: 100 Anos Depois e a exposição “Angelo Agostini: o chargista e seu tempo”;
- o 1º Encontro de Gestores de Jardins Históricos;
- o curso O Rio de Janeiro em torno de 1850, ministrado pelo prof. Luiz Felipe de Alencastro;
- o curso Casa Senhorial em Portugal, ministrado pelo prof. Helder Carita, da Fundação Espírito Santo, em Lisboa;

- o curso Técnicas de Stucco em Revestimentos Portugueses, pela profa. Eduarda Vieira, da Universidade do Porto;
- o Seminário Internacional Políticas Culturais: teorias e práxis, quinto encontro aqui realizado de especialistas e estudiosos na área de políticas culturais.

Em 2010 trabalhamos já na etapa conclusiva do projeto de controle e preservação da coleção São Clemente, com a contratação de serviços de conservação e etiquetagem do acervo dessa biblioteca.

Entraram em finalização para publicação cinco tomos da Coleção Obras Completas de Rui Barbosa, integrantes dos volumes 3, 40, 41, 45 e 48, acompanhadas de índice onomástico e de assuntos e de prefácios de especialistas.

Dois mil e dez foi o ano em que houve maior número de monografias concorrentes ao Prêmio Casa de Rui Barbosa desde 2004, ano de sua instituição: foram 18 – elaboradas com base em nossos acervos. Acreditamos que tal fato signifique já um importante fruto da instituição do Prêmio, que teve como principal objetivo incentivar a consulta a esses importantes acervos.

Cabe mencionar também, inserida no programa Arquivos Pessoais de Escritores Brasileiros, a nossa coordenação, com colaboração da Associação dos Amigos da Casa de Rui Barbosa, do projeto em homenagem a Carlos Drummond de Andrade, contemplada no projeto Memória da Fundação Banco do Brasil.

Ação de destaque deste ano do Arquivo Institucional e Histórico foi a implantação da base de dados das coleções fotográficas, base Iconografia.

Investindo na qualificação dos nossos servidores foram proporcionados vários cursos de capacitação, de curta e longa duração, abrangendo mais de 30 servidores das áreas meio e fim.

Em adiantamento ao projeto de modernização do edifício-sede, além de algumas etapas já concluídas, como a troca dos elevadores e reforma de leiaute e de infraestrutura de rede de dois pavimentos, há outros projetos em andamento, dos quais destacamos os referentes à segurança patrimonial.

É claro que não deu para realizar todas as nossas intenções; e do que ficou pendente sentimos não ter podido aumentar ou ao menos manter o quantitativo de funcionários de que a Fundação precisa para o cumprimento de sua missão e propósitos. É elevado o número de servidores que se aposentaram e de outros na iminência de se aposentarem. Realizamos uma análise da nossa situação funcional que foi encaminhada ao Ministério da Cultura, acompanhada da consolidação de todas as solicitações de concurso realizadas nos últimos cinco anos, para subsidiar o pleito de novo concurso ao Ministério do Planejamento. Dentro dos meios legais disponíveis, procuramos suprir essa lacuna com o quadro de estagiários, de bolsistas e de prestadores de serviços a quem neste momento dirijo, em nome de todos os dirigentes e funcionários da Fundação, os nossos sinceros agradecimentos.

José Almino de Alencar (Presidente da FCRB)

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

A Fundação Casa de Rui Barbosa **não é responsável pelo gerenciamento de programas**; os principais programas que abrigam as ações da instituição estão sumariamente apresentados a seguir.

- **0167 – Brasil Patrimônio Cultural** (gerenciado pelo Iphan): nossas ações aqui inseridas têm o objetivo de assegurar condições de preservação dos bens culturais brasileiros em sua diversidade.

- **0168 – Livro Aberto** (gerenciado pela FBN): o objetivo de nossas ações neste programa é o de contribuir na formação de leitores em diversos níveis de competência, propiciando a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário.

- **0171 – Museu Memória e Cidadania** (gerenciado pelo Iphan): as ações da FCRB que integram este programa se inserem no objetivo de revitalizar os museus brasileiros, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país.

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Identificação dos Programas

Nas tabelas 2, 3, 4, 5 e 6 preenchemos apenas a parte de identificação, já que a FCRB não gerencia nenhum programa.

Tabela 3- Demonstrativo da Execução do Programa Brasil Patrimônio Cultural

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0167	Denominação: BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Identificar, preservar e valorizar o patrimônio cultural brasileiro, assegurando sua integridade, permanência e sustentabilidade	
Objetivos Específicos: Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro	
Gerente: Luiz Fernando de Almeida (presidente do Iphan)	Responsável (na FCRB): Ana Maria Pessoa dos Santos
Público Alvo: Sociedade brasileira	

Fonte: Sigplan

Tabela 4- Demonstrativo da Execução do Programa Livro Aberto

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0168	Denominação: LIVRO ABERTO
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Valorizar a reflexão, o debate cultural e a promoção da língua portuguesa, estimulando o hábito da leitura e a difusão do livro	
Objetivos Específicos: Formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura, facilitando o acesso a bibliotecas, mantendo o controle bibliográfico nacional, e propiciando a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário	
Gerente: Muniz Sodré de Araújo Cabral (presidente da FBN)	Responsável (na FCRB): Rachel Valença
Público Alvo: Sociedade	

Fonte: Sigplan

Tabela 4 - Demonstrativo da Execução do Programa Museu Memória e Cidadania

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0171	Denominação: MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Assegurar a proteção, a revitalização e a promoção dos museus	
Objetivos Específicos: Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país	
Gerente: Luiz Fernando de Almeida (presidente do Iphan)	Responsável (na FCRB): Ana Maria Pessoa dos Santos
Público Alvo: Sociedade brasileira	

Fonte: Sigplan

Tabela 5 - Demonstrativo da Execução do Programa Gestão da Política de Cultura

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0173	Denominação: GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Aperfeiçoar e consolidar a Política Pública de Cultura	
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da cultura	
Gerente: Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes (secretário executivo / MinC)	Responsável (na FCRB): Ana Maria Pessoa dos Santos
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Tabela 6 - Demonstrativo da Execução do Programa Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: APOIO ADMINISTRATIVO
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Programa padronizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente: Programa padronizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Responsável (na FCRB): Carlos Renato Costa Marinho
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela UJ

BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

Tabela 7 – Ação: Gestão e Administração do Programa

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	122	0167	2272	A	3	–	–	–	–

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2011 R\$
249.473,00	63.350,00	155.565,00

Realizar despesas que não geram produtos específicos, mas que contribuem para conservação dos objetivos do Programa.

No decorrer do ano, esta ação deu suporte ao Programa através de desembolsos referentes a suprimento de fundos, aquisição de produtos, contratação de serviços de apoio a eventos, aquisição de equipamentos, diárias e passagens de servidores.

Justifica-se o valor da meta a ser realizada em 2011 pelo atraso no cronograma de execução de importantes projetos em consequência do estabelecimento de limites de empenho no 2º semestre de 2010.

Tabela 8 – Ação: Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	391	0167	6446	A	3	unidade	2	1,5	0,5

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2011 R\$
10.000,00	7.000,00	3.000,00

A ação tem como objetivo o desenvolvimento de linhas de pesquisas e estudos voltados para a consolidação de conceitos e metodologias no campo da preservação, a partir das especificidades brasileiras, assim como contribuir para a reavaliação da preservação de bens culturais no país.

Em 2010, a ação contemplou consultoria da dra. Maria Isabel Kanan para a primeira fase experimental do projeto de pesquisa “Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa: Conservação das Superfícies Arquitetônicas”, que visa ao estabelecimento de parâmetros técnicos de execução da conservação das superfícies arquitetônicas da edificação histórica, que é bem tombado pelo Iphan. O estudo teve início em setembro de 2010 e será concluído em fevereiro de 2011.

Foi realizada também nova etapa do Programa de Pesquisa em Biodeterioração, em Materiais Orgânicos e Inorgânicos, iniciado em 2007, para consolidar esses estudos no País e aperfeiçoar o monitoramento da conservação das coleções da FCRB. O programa é coordenado pelo Serviço de Preservação da FCRB e pela professora-doutora Milagros Mercedes Vaillant Callol, do Instituto Superior de Arte (Cuba). Em 2010, o Programa expandiu-se e passou a abranger outras instituições

além da FCRB: Fundação Oswaldo Cruz, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Arquivo Nacional e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 9 – Ação: Preservação de Acervos Culturais

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	391	0167	2630	A	3	unidade	3	2	1

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
R\$	R\$	R\$
170.000,00	29.641,00	119.538,00

Esta ação está voltada para a melhoria das condições de guarda, processamento e divulgação dos bens documentais e móveis da Fundação – documentos bibliográficos (Biblioteca São Clemente e Biblioteca de Rui Barbosa), arquivísticos (Arquivo Histórico e Institucional e Arquivo-Museu de Literatura Brasileira) e museológicos (Museu Casa de Rui Barbosa e Arquivo-Museu de Literatura Brasileira). Nesse sentido, a meta física foi estabelecida a partir das características dos acervos: bibliográfico, arquivístico e museológico.

Em 2010, foi dada continuidade às diferentes atividades de preservação dos acervos:

- Biblioteca São Clemente – Iniciados no segundo semestre de 2008, a informatização dos catálogos e o inventário da biblioteca tiveram continuidade, estabelecendo-se também uma segunda fase, com o objetivo de se alcançar a totalidade de livros constantes no acervo dessa biblioteca. Em 2010, foi concluída essa segunda fase, na qual foram processados em torno de 31 mil livros. O projeto constituiu-se na complementação da descrição bibliográfica e na descrição dos dados patrimoniais das obras, em base de dados, além da etiquetagem de localização física e de código de barras de todos os volumes. O processo de etiquetagem e de coleta dos códigos de barras promove o cotejamento das unidades do acervo e registros bibliográficos, constituindo o inventário.

Os serviços contratados para a execução do projeto, no valor de R\$100.000,00, foram os de maior expressão financeira da ação, com desembolso adiado para 2011. Isso porque a contratação só pode ser efetivada em dezembro de 2010, apesar de a licitação ter sido homologada em 15 de outubro, em consequência do contingenciamento dos recursos federais.

- Biblioteca de Rui Barbosa – Cerca de 200 obras pertencentes a esse acervo foram reacondicionadas nas novas estantes da Sala de Haia, no Museu Casa de Rui Barbosa, de modo que se preservasse a ordenação tradicional e fossem mantidas as condições adequadas de preservação e de acesso.

- Arquivo Histórico – Foi desenvolvida metodologia para arranjo e descrição de arquivos pessoais, considerando, como eixo central da discussão as funções sociais dos titulares, o contexto e o vínculo arquivístico. Dedicamo-nos a estudar a Coleção Família Barbosa de Oliveira e o arquivo pessoal de Américo Jacobina Lacombe.

- Banco de iconografia – O projeto vem se desenvolvendo no sentido de ampliar seu acervo e o atendimento ao usuário. Além disso, foram tomadas iniciativas administrativas para aprimoramento do projeto com a aquisição de novos Fotostation e novo Fotoweb. No ano de 2009 foram disponibilizados para o usuário 3.657 imagens. Em 2010, a ficha de descrição das imagens sofreu alteração no sentido de melhorar o processo de busca para o usuário. Foram revisadas 500 descrições de imagens. O banco foi lançado para acesso em ambiente web em 5 de novembro de 2010.

- Arquivo-Museu de Literatura – Foi realizado estudo e tratamento das obras do Arquivo Cornélio Pena, suas técnicas artísticas, diagnóstico de conservação e medidas de conservação-restauração. Foram pesquisadas as diferentes caixas de madeira, emolduradas, que reúnem objetos de natureza

distinta (folhas, insetos, pedras, etc.), espetados em suportes de madeira decorada, e conservadas e acondicionadas cerca de 170 obras gráficas.

Além disso, foram adquiridos materiais especiais para acondicionamento dos diferentes acervos, e realizado registro fotográficos de peças e documentos relevantes.

Justifica-se o valor da meta a ser realizada em 2011 pelo atraso no cronograma de execução de importantes projetos em consequência de contingenciamento de recursos no 2º semestre de 2010.

Tabela 10 – Ação: Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	391	167	4630	A	3	obra	90	131	97

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2011 R\$
15.000,00	4.322,00	8.689,00

A finalidade desta ação é a atualização do acervo bibliográfico em atendimento à demanda originada no processo de levantamento, análise e seleção de novas obras relevantes para os serviços de pesquisa e informação. A ação é realizada por meio da contratação de fornecedor de títulos nacionais e estrangeiros, selecionado por meio de licitação.

Este ano, retomamos a licitação de empresas para a aquisição de obras nacionais e estrangeiras. Como consequência, foi contratada a empresa Books Online para entrega de títulos nacionais, o que resultou na aquisição de 212 publicações sendo que foram 131 entregues até dezembro, e as 81 restantes serão entregues em janeiro.

O certame com relação às publicações estrangeiras, contudo, foi revogado por não atendimento dos requisitos de habilitação. Por essa razão, foi realizada compra direta de 16 títulos estrangeiros que foram localizados em livrarias do ramo, com entrega prevista para fevereiro, em virtude do prazo necessário aos trâmites de importação.

O total de obras adquiridas, 228, supera com larga margem a meta prevista de 90 títulos em parte por terem sido adquiridos vários títulos de valor médio, em especial livros infantojuvenis.

Tabela 11 – Ação: Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	391	0167	4110	A	3	evento	22	37	-

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2011 R\$
50.000,00	26.453,00	2.956,00

A ação destina-se a promover palestras, seminários e mesas-redondas voltadas para a análise e a divulgação do patrimônio cultural brasileiro, em especial o documental, e as questões técnicas relacionadas ao seu tratamento e preservação.

Em 2010, foi dado prosseguimento à série Memória e Informação, iniciada em 2003, com a apresentação de 17 palestras. A promoção oferece uma agenda interdisciplinar, estabelecida a partir das áreas do conhecimento diretamente relacionadas às atividades do Centro de Memória e Informação – CMI.

Outra promoção realizada foi a série Arquivos Pessoais, que colocou em debate a produção artística e a constituição dos arquivos dos escritores Adalgisa Nery, Vinicius de Moraes e João Cabral de Melo Neto.

No âmbito desta ação, além das séries, foram promovidos seminário, palestras, cursos e mesas-redondas dedicados a aspectos da preservação e divulgação de arquivos pessoais e da arquivologia, no total de 36 eventos.

A superação da meta inicial física de 22 eventos se deve, em grande parte, à retomada das atividades de incentivo à leitura, em consequência da reabertura da Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti, bem como a maior desenvoltura das equipes na organização de eventos.

A substituição de peças de divulgação gráficas, como folhetos, foldêres e cartazes por peças digitais explica a grande redução de custos que influenciou a meta financeira, sem prejuízo do sucesso da ação.

Eventos realizados:

SERIE MEMÓRIA & INFORMAÇÃO

1. “Joaquim Nabuco e Graça Aranha: entre a palavra e a ação – apontamentos para uma correspondência”, Anco Márcio Tenório Vieira (UFPE). 17 de março
2. “O uso de pesquisas domiciliares na obtenção de informações estatísticas sobre museus”, José Matias de Lima (pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas) e Sandra Furtado de Oliveira (pesquisadora em Informações Geográficas e Estatísticas). 31 de março
3. “Argamassas históricas – problemáticas urbanas e dos monumentos com relação aos revestimentos e pinturas incompatíveis”, Maria Isabel Kanan (arquiteta e doutora em Ciência da Conservação pela Bournemouth University, Inglaterra). 14 de abril
4. “Acesso aos arquivos públicos no Brasil: legislação e políticas”, José Maria Jardim (doutor em Ciência da Informação). 5 de maio
5. “Digitalizar acervos para acesso: o que deve e pode ser feito”, Carlos Augusto Silva Ditadi (Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – Conarq). 19 de maio
6. “Educação popular 1947-1966”, Osmar Fávero (pesquisador associado, UFF). 2 de junho
7. “Ciência e sociedade: da comunicação científica à divulgação científica”, Lena Vânia R. Pinheiro (doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ). 16 de junho
8. “Restauração de argamassas armadas: o caso das cúpulas do Museu Nacional de Belas-Artes”, Sílvia Puccioni (Iphan). 30 de junho
9. “Desafios na regulação do patrimônio cultural”, Sandra Cureau (vice-procuradora-geral eleitoral). 14 de julho
10. “A chave de Jano – Os trajetos da criação de Avalovara”, Éder Rodrigues Pereira (2º colocado no Prêmio Rui Barbosa). 28 de julho
11. “Os daguerreotipistas estão chegando”, Francisco Moreira da Costa (fotógrafo, conservador de fotografia e daguerreotipista). 11 de agosto

12. “Documentos digitais como prova em questões judiciais”, Ana Amélia Menna Barreto (advogada e professora de Pós-Graduação em Direito e Tecnologia da Informação). 25 de agosto
13. “História urbana da avenida Brasil: emblema da cidade moderna”, Renato Gama Rosa (doutor em Urbanismo/ Prourb/FAU/UFRJ, com doutorado sanduíche no Institut d'Urbanisme de Paris). 8 de setembro
14. “O gosto inglês no Brasil: a presença britânica na formação dos subúrbios do Rio de Janeiro, Salvador e Recife no século XIX”, Carolina Bortolotti de Oliveira (ASSER – Rio Claro/SP). 22 de setembro
15. “Base teórica da ciência da informação para construção de taxonomias consistentes”, Luana Farias Sales (CNEN-IEN) e Dilza Fonseca da Motta (consultora da Finep). 6 de outubro
16. “Pesquisa e preservação na biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia”, Alícia Duhá Lose (Faculdade São Bento da Bahia/Mosteiro de São Bento da Bahia Instituto de Letras/PPGLL/UFBA). 20 de outubro
17. “O Imperador, os doutores e os loucos: uma arqueologia de sentidos do Palácio da Praia Vermelha”, Maria de Lourdes de Alencar Parreiras Horta (museóloga, doutora em Comunicação, Artes e Museologia pela Universidade de Leicester, Inglaterra, e pela ECO/UFRJ). 17 de novembro

SÉRIE ARQUIVOS PESSOAIS

1. Mesa-redonda em homenagem a João Cabral de Melo Neto (1920-1999). 25 de março
“Quem tem medo de João Cabral?”, Inez Cabral, “João Cabral: o barroco alegre”, Eucanaã Ferraz (UFRJ), “O homem não morre mineral”, Leonardo Gandolfi (UFF)
2. Mesa-redonda em homenagem a Vinicius de Moraes (1913-1980). 31 de maio
Georgiana de Moraes (psicanalista), Beatriz Resende (UFRJ), Mediador: Eduardo Coelho (FCRB)
3. “Conversar escrevendo: *João Cabral e Murilo Mendes*”, Carlos Mendes de Sousa (Universidade do Minho, Portugal). 30 de junho
4. Mesa-redonda em homenagem a Adalgisa Nery (1905-1980). 30 de setembro
Apresentação de aspectos relevantes da obra e da vida de Adalgisa Nery, com a participação de Ana Arruda Callado, Dalva Nery e Elizabeth Feldhuzen. Considerações a respeito de documentos relevantes do Arquivo Adalgisa Nery no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Mediação: Ramon Mello.

SÉRIE O PRAZER DA DESCOBERTA, DE PROMOÇÕES DE INCENTIVO À LEITURA

1. Reabertura da Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti – BIMM (1º de junho)
Evento gratuito aberto ao público. Apresentação da nova proposta da biblioteca, a visitação do espaço e uma atividade cultural para o público adulto. Foram oferecidas atividades educativo-culturais para o público infantojuvenil como contação de história e oficina de artes. Para finalizar o evento, foi oferecido um bolo comemorativo aos 31 anos de funcionamento da BIMM.
2. Semana de leitura nas férias (12 a 16 de julho)
Em continuidade ao Projeto *O prazer da descoberta*, a Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti (BIMM) promoveu uma semana de atividades dirigidas ao público infantojuvenil. O evento contou com a participação de arte-educadores, atores e bibliotecários. Entrada franca.

Programação

Contação de História

Balaio de Histórias busca promover o gosto pela leitura e pelos livros através da leitura de uma obra do acervo da BIMM, incentivando as práticas de leitura e escrita, a formação do leitor e o vínculo com o espaço da Biblioteca. Público-alvo: Crianças e jovens

Contação de História no Jardim

Semeando Leitura busca estimular a prática da leitura entre crianças e adultos, através da escolha de um livro pela criança para uma leitura a ser realizada no Jardim da Fundação Casa de Rui Barbosa. Público-alvo: Crianças e adultos.

Oficina de Criação e Contação de História

Brincando com Histórias busca incentivar a imaginação e o gosto pela leitura e pelos livros através de brincadeiras diversificadas. Público-alvo: Crianças e jovens

Contação de História e Oficina de Criação

Atividade realizada pela Cia. Axullé & Axupé-Dupla do Conto, em comemoração aos 128 anos de Monteiro Lobato, traz para o público o encanto da Biblioteca e do seu acervo, narrando histórias inesquecíveis, criadas pelo autor. Realização de uma oficina, quando as crianças puderam confeccionar marcadores de livros. Público-alvo: Crianças e jovens.

Contação da história

Cadê meu pincenê?, de Alexandre Nakonechnyj

Atividade realizada por Regina Porto, bibliotecária que durante anos trabalhou na BIMM. O objetivo foi a divulgação da vida e obra de Rui Barbosa. Público-alvo: crianças e adultos.

Oficina Literária e de Criação

Poesias de Mazzetti: Ilustrando com retalhos busca divulgar gêneros literários distintos e a obra de Maria Mazzetti, de uma forma lúdica e criativa. Público-alvo: Crianças e jovens

3. Biblioteca e Museu: encontro de linguagens (12 de agosto)

Em comemoração aos 80 anos do Museu Casa de Rui Barbosa, a Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti promoveu uma programação voltada especialmente para o público infantojuvenil: Passeio guiado pelo Museu com a Cia. Axullé & Axupé-Dupla do Conto

4. O prazer da descoberta – Semana da Criança na BIMM (5 a 7 de outubro)

Em comemoração ao mês das crianças, a Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti planejou três dias de atividades dirigidas às crianças e aos adolescentes:

- Contação de histórias do conto popular africano *O baú das histórias*, seguida de oficina de construção de um de um grande Baú pelas crianças.
- Contação de histórias do conto popular *A sopa de pedra*, seguida de oficina de modelagem em argila.
- Contação de duas histórias *O sapo bocarrão* e *O vento*, seguida da oficina *Fazendo bolinhas de sabão*.

5. O prazer da descoberta – Rui, cultura e leitura (30 de novembro)

Apresentação do grupo Cia Axullé & Axupé – Dupla do Conto abordando aspectos da vida e obra de Rui Barbosa e suas contribuições para a nossa cultura, um passeio guiado pelo Museu, onde muitos tesouros foram descobertos, culminando com a contação da história Lili, a estrela do mar, de Kátia Pino.

SEMINÁRIO

“Pedras Pisadas do Cais”: a Revolta da Chibata Revisitada (1910-2010). Organização de Eduardo Silva (FCRB), Álvaro Nascimento (UFRRJ) e Leila Estephania de Moura (FCRB). 19 de outubro

PALESTRAS

“Sistemas alternativos de controle climático para edificações históricas em regiões tropicais” (8 de dezembro)

A palestra apresentou alguns resultados da pesquisa desenvolvida no Getty Conservation Institute, pelo Dr. Shin Maekawa, cujo foco é a aplicação de estratégias de ventilação e aquecimento para proteção de coleções em edificações históricas. Palestrante: Dr. Shin Maekawa (Getty Conservation Institute, Los

Angeles, EUA, responsável pelo Sistema de Controle Ambiental da Biblioteca do Museu Casa de Rui Barbosa)

“Leitura e mediações”

Evento inaugural de série dedicada à reflexão sobre a função da biblioteca e as múltiplas possibilidades de mediação na formação do leitor, promovido pela Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti. (14 de setembro) “A importância da mediação na formação do sujeito”, Eliana Yunes (PUC-Rio)

CURSOS

Curso de encadernação para iniciantes na Casa de Rui Barbosa (2 a 13 de agosto)

O objetivo do curso foi proporcionar um treinamento básico para a prática da encadernação. Trata-se da tentativa de cobrir uma lacuna na formação de encadernador no Brasil, devido à inexistência de um curso oficial no país. Coordenado por Edmar Moraes Gonçalves (Chefe do Serviço de Preservação/FCRB) e com monitoria do encadernador Francisco Bomfim.

Arquivos judiciais e a instituição notarial de Castela e sua implantação na América (22 a 26 de novembro)

Os cursos foram promovidos pela Fundação Casa de Rui Barbosa com o apoio da Associação dos Arquivistas Brasileiros e Universidade de Santiago de Compostela. “Arquivos judiciais”, Maria Luisa Conde e “A instituição notarial de Castela e sua implantação na América”, María José Justo Martín

Arquivos: como escrever um bom resumo (18 de maio)

Considerações sobre recursos estilísticos e gramaticais úteis para a construção de resumos. Discussão acerca do presente histórico e da substantivação de verbos. A ambiguidade no uso de pronomes. Observações em torno da coesão e coerência textual. A precisão do campo semântico. A busca pela concisão textual. Problemas com aliterações e assonâncias. A interferência histórica do resumidor. O curso foi desenvolvido a partir de exemplos tirados de inventários analíticos, com a sinalização de suas principais deficiências e propostas de aprimoramento de resumos. Foi ministrado por Eduardo Coelho (chefe do AMLB/FCRB)

MESAS-REDONDAS

“A encadernação hoje no Brasil: escolas e técnicas” (17 de setembro)

O encontro, organizado pelo Serviço de Preservação da FCRB, teve como objetivo promover a reunião de encadernadores, conservadores-restauradores, interessados na profissão e amantes da encadernação. Palestrantes: Norma Cassares (Associação Brasileira de Encadernação e Restauro), Marisa Garcia (professora de encadernação), Cristina Viana (PUC-Rio) e Jacqueline de Araújo (Restaurart)

“Coleções fotográficas *online*” (5 de novembro)

Apresentação de projetos de digitalização e divulgação online de coleções fotográficas de instituições culturais e lançamento da base iconografia da FCRB.

Tabela 12 – Ação: Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	391	0167	2840	A	3	Profissional capacitado	25	49	-

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
R\$	R\$	R\$
150.000,00	146.942,00	-

A ação visa promover e incentivar a capacitação e qualificação de profissionais das atividades de documentação e preservação, por intermédio de ações como cursos; seminários; oficinas; programas de formação; intercâmbios; estágios, em nível nacional e internacional e concessão de bolsas de estudo.

Esta ação atende prioritariamente o Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da FCRB, que pretende formar, treinar e capacitar recursos humanos em programas de documentação e preservação. O Programa oferece anualmente, por meio de edital público, bolsas de estudos para o desenvolvimento de pesquisas de interesse institucional, segundo ementas e exigências curriculares específicas. Esse procedimento implica que nem sempre haja candidatos suficientemente qualificados para o preenchimento das bolsas oferecidas, acarretando eventuais vacâncias ou que a substituição de bolsistas ao longo da pesquisa motivem oportunidade de novos beneficiados. Neste exercício foram contemplados 13 bolsistas e 3 bolsas de estágios.

Os recursos da ação possibilitaram a realização de curso de especialização do prof. Helder Carita, “A casa senhorial em Portugal nos séc. XV a XIX”, para 32 alunos, e inscrição de servidor em conferência internacional – 2nd Historic Mortars Conference, 2010, Praga –, resultando na superação da meta original.

Tabela 13 – Ação: Ampliação e Modernização de Laboratórios de Preservação da FCRB

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	391	0167	8956	A	3	unidade	2	2	0

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
R\$	R\$	R\$
33.000,00	30.434,00	-

A ação tem por objetivos ampliar e modernizar as áreas de guarda e dos laboratórios de conservação e restauração da Fundação Casa de Rui Barbosa, envolvendo os espaços físicos, os recursos humanos e os instrumentos técnicos necessários ao desenvolvimento das atividades de guarda, preservação e restauração de acervos bibliográficos, documentais, fotográficos dentre outros.

Em 2010, o destaque da ação foi a contratação de consultorias para a viabilização da construção de edifício anexo, isso porque a FCRB, em razão das diferentes atividades que atualmente desenvolve, precisa ampliar suas instalações. O edifício-sede, projetado e construído na década de 1970, foi sendo ocupado de maneira que hoje não comporta mais, adequadamente, pessoas, equipamentos, documentos, móveis e materiais, o que vem gerando dificuldades à Instituição na produção de seus trabalhos e no cumprimento de sua missão. Como consequência, foi desenvolvido projeto para a aquisição de terrenos contíguos à sede bem como projeto de solicitação de recursos ao BNDES para a construção de novo edifício onde serão instaladas a área de guarda dos acervos e o corpo de servidores que atuam no tratamento da documentação.

No âmbito desta ação foram também adquiridos equipamentos necessários ao bom desempenho dos laboratórios.

LIVRO ABERTO

Tabela 14 – Ação: Gestão e Administração do Programa

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	122	0168	2272	A	3	unidade	–	–	–

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
R\$	R\$	R\$
129.123,00	81.953,00	23.292,00

A ação tem como objetivo agregar as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do programa, aquelas que, sem gerar produtos específicos, contribuem para alcançar os objetivos do Programa.

Nesta ação os principais gastos foram com assinaturas de jornais e revistas para munir os pesquisadores de informação atualizada; com anuidades de associações acadêmicas às quais o Centro de Pesquisa é filiado, com a participação de Edições Casa de Rui Barbosa em feiras e bienais, divulgando e vendendo nossas publicações e conferindo visibilidade ao trabalho aqui realizado; com serviço de fornecimento de lanches para os intervalos de eventos acadêmicos em horário integral; com confecção de peças gráficas (cartazes, pôsteres, convites, programas, etc., para divulgação dos eventos acadêmicos realizados); com aquisição de equipamento audiovisual para utilização em eventos culturais; com pagamento de direitos autorais ao Ecad e afinador de piano; aquisição de material de consumo; com pagamento de comissão julgadora externa para seleção de bolsistas.

A participação de pesquisadores em eventos acadêmico-científicos e culturais externos, importante para que se mantenham os vínculos e parcerias preconizados em nossa missão institucional, não foi particularmente onerosa ao orçamento disponível, na forma de pagamento de taxas de inscrição, passagens aéreas e diárias.

O fato de termos deixado de atingir 100% da execução financeira se deveu ao cancelamento, no final do ano, de valores originalmente incluídos nas licitações e não utilizados. Como o cancelamento se deu no final do exercício, não houve tempo hábil para remanejar os recursos para outras necessidades.

Os valores inscritos em Restos a Pagar se referem a empenhos realizados no último mês de 2010, relativos a materiais não entregues ou serviços não concluídos até o final do exercício. Vale ressaltar que a maior parte desses valores será quitada no início de 2011.

Tabela 15 – Ação: Pesquisa na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Acadêmico e Literário

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	392	0168	4100	A	3	unidade	10	10	0

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
R\$	R\$	R\$
16.552,00	15.949,00	434,00

A ação tem por objetivo a contribuição para o aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à produção editorial nacional, gerando novas publicações; o incentivo à criação científica e acadêmica e à produção de conhecimento; a preservação da memória bibliográfica e documental.

A instituição conta em seu quadro com um corpo de cerca de 30 pesquisadores altamente qualificados, razão pela qual os recursos de custeio disponibilizados foram utilizados prioritariamente no pagamento de estagiários, que participam ativamente dos projetos de pesquisa, contribuindo para sua realização e sobretudo capacitando-se como pesquisadores, cumprindo-se desse modo um dos mais importantes objetivos institucionais, que é a formação de mão de obra especializada em pesquisa.

No exercício de 2010 foram concluídos os seguintes projetos de pesquisa, que resultaram em publicações, em exposições e outras atividades, no Brasil e no exterior, que conferiram visibilidade à FCRB, ao Ministério da Cultura e ao país visibilidade e imagem positiva, contribuindo decisivamente para a consolidação de noções de nacionalidade e cidadania:

1. A Campanha Civilista: comemoração de seu centenário. Amplo projeto de pesquisa que teve como produto a realização de um seminário e de uma exposição, “Viva Rui Barbosa: o candidato do povo”. Prevista ainda a publicação de um livro de ensaios sobre o tema, *Campanha Civilista: cartas e estudos*, em fase de preparação, além de um álbum de charges sobre a Campanha.
2. Estabelecimento de texto e notas da correspondência ativa e passiva de Rui Barbosa em torno da questão da Campanha Civilista. O trabalho constou do levantamento das fontes de cada carta, localização no Arquivo e organização de relatórios com resumos, além de reprodução das cartas (manuscritos e datiloscritos) e anotação dos livros em que foram publicadas. A correspondência comporá o livro *Campanha Civilista: cartas e estudos*.
3. A gênese do regime democrático-burocrático na Constituinte brasileira 1987-1988.
4. Joaquim Nabuco no período republicano. Pesquisa da fase em que Nabuco representou o Brasil na questão da arbitragem dos limites da Guiana e na embaixada do Brasil em Washington, que gerou dois textos para apresentação em seminários. Christiane Laidler.
5. Vocabulário histórico-cronológico do português medieval. Conclusão da primeira atualização, dando origem à segunda versão do CD-ROM. Ivette Maria Savelli e Laura do Carmo.
6. Uma avaliação ecdótica em duas etapas. Artigo gerado pela consultoria prestada à Biblioteca e ao Serviço de Preservação da FCRB, sobre exemplar de trabalho do livro *Chove nos campos de Cachoeira*, de Dalcídio Jurandir, para fins de orientação quanto a uma adequada encadernação, levando em conta as rasuras, exclusões e inclusões (anexos) realizadas pelo autor.
7. Cartas de Iracema: antologia anotada de crônicas do período de 1914 a 1918 da seção “Cartas de Mulher”, da *Revista da Semana*, assinadas sob o pseudônimo Iracema.
8. Poesia Completa de Odylo Costa, filho. O poeta, falecido em 1979, teve desde então poucas reedições, e nunca teve seus diversos livros reunidos em um único.
9. Estratégias empresariais e processo de industrialização. Pesquisa que resultou em artigo publicado na revista virtual *Hindustria*, em número temático sobre a indústria têxtil na América Latina.
10. Resistência negra, teatro e abolição da escravatura: uma investigação de história cultural. O projeto buscou aprofundar estudos já iniciados sobre a participação dos artistas de teatro e outros setores importantes da sociedade oitocentista brasileira (negros, brancos e pardos) no movimento popular abolicionista, com ênfase especial no papel histórico de Rui Barbosa.
11. Angelo Agostini *versus* Bordalo Pinheiro: um duelo de traços. Estudo sobre a disputa que marcou o rompimento entre os dois caricaturistas entre 1878 e 1879. Análise dos desenhos e textos agressivos que deram um caráter especial à disputa. Tomando como pano de fundo a situação da imprensa ilustrada brasileira naquele contexto, também foram analisados os estereótipos antilusitanos mobilizados pelo adversário de Bordalo naquela contenda.

Tabela 16 – Ação: Concessão de Bolsa na Área do Livro e da Leitura

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	392	0168	0668	OE	3	unidade	15	15	0

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
R\$	R\$	R\$
114.335,00	113.254,00	-

Esta ação é direcionada a subsidiar o Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura. A concessão de bolsas a pesquisadores de diversos níveis acadêmicos possibilita o fomento da produção de conhecimento na instituição e sua inserção no universo de centros de referência.

Nas metas físicas, não cumulativas, além das sete bolsas vigentes até o mês de março, remanescentes do edital de 2007, mais três bolsas do edital de 2009, duas das quais foram renovadas até 2011, foi possível implantar a partir do edital 2010 mais 10 novas bolsas. Ao longo do ano o número de bolsistas chegou a ser 20, considerando as desistências/conclusão de projetos e substituição de bolsistas.

Tabela 17 – Ação: Produção de Obras Científicas, Acadêmicas e Literárias

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	392	0168	4797	A	3	unidade	8	6	2

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
R\$	R\$	R\$
110.000,00	59.345,00	10.210,00

A ação tem o objetivo de editar obras literárias, científicas e acadêmicas, de modo a divulgar parcela significativa da produção cultural brasileira para o público especializado e para o público leitor em geral, contribuindo para o desenvolvimento cultural do País, mediante disseminação do conhecimento.

Não foi possível a execução integral da ação, tendo em vista que a carência de pessoal de editoração no quadro funcional da instituição se agravou com a aposentadoria de uma dos dois profissionais de design, o estabelecimento de limites para empenho dificultou a realização em tempo hábil de licitações para preparação de textos e projeto gráfico de alguns títulos.

O valor inscrito em restos a pagar se refere a impressão de dois títulos que será concluída no início de 2011, quando será totalmente liquidado.

Títulos publicados:

1. *À sombra das palmeiras*: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959), de Fábio Franzini. Coleção FCRB, Série Estudos, 9. Prêmio Casa de Rui Barbosa, 2007.

2. *Identidade do sujeito constitucional e controle da constitucionalidade*, de Maria Fernanda Salcedo Repolês. Coleção FCRB, Série Estudos, 8. Prêmio Casa de Rui Barbosa, 2007.
3. *O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional*, de Carolina Vianna Dantas. Coleção FCRB, Série Estudos, 7. Prêmio Casa de Rui Barbosa, 2007.
4. *A Segunda Conferência da Paz de Haia – 1907: o Brasil e o sistema internacional no início do século XX*, de Christiane Vieira Laidler. Coleção FCRB, Série Estudos, 10.
5. *I Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas*. Trabalhos apresentados no I Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas, realizado na FCRB de 13 a 18 de agosto de 2006. Coleção FCRB, Série Aconteceu, 9.
6. *I Encontro Nacional da REM – Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Estado do Rio de Janeiro*. Organização de Aparecida Marina de Souza Rangel. Coleção FCRB, Série Aconteceu, 10.
7. *Escritos*, 3. Revista do Centro de Pesquisa. Editores: Antônio Herculano Lopes, Joëlle Rouchou e Júlio Castañon Guimarães.
8. *O papel republicano das instituições de direito: Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunal de Contas*. Organização de Júlio Aurélio Vianna Lopes. Série Papéis Avulsos, 54.

Tabela 18 – Ação: Concessão de Prêmios à Criação e à Difusão na área do Conhecimento Científico, Acadêmico e Literário

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	392	0168	4632	A	3	unidade	1	1	0

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2011 R\$
17.400,00	17.400,00	-

A ação tem como objetivo conceder prêmio de estímulo à produção de obras acadêmicas ou científicas sobre as diversas áreas do conhecimento humano a partir dos acervos documentais da instituição, conferindo mais visibilidade a esses acervos, ao mesmo tempo em que contribui para a produção do conhecimento e sua disseminação.

Os recursos alocados nesta ação têm por objetivo a remuneração da comissão julgadora (R\$2.400,00) e o pagamento de valor em dinheiro aos dois primeiros colocados (R\$15.000,00).

No ano de 2010 houve considerável aumento do número de trabalhos inscritos: o Prêmio recebeu 18 monografias concorrentes e o resultado final premiou as seguintes monografias:

Primeiro lugar: “Corpo, palavra, relíquias da memória: arquivo e representação visual na literatura do século XX”, de Gustavo Moura Bragança

Segundo lugar: “O momento monarquiano: o poder moderador e o pensamento político imperial (1823-1868)”, de Christian Edward Cyril Lynch

Menção honrosa: “Singularíssima pessoa: Augusto dos Anjos”, de Andrey do Amaral dos Santos

Considera-se que o resultado foi altamente positivo, sobretudo pela diversidade de temas que contemplaram a variedade de acervos existentes na instituição, cuja importância será sublinhada a partir da divulgação desses trabalhos. Ressalta-se também sua abrangência nacional, já que se contam entre os vencedores, e entre os concorrentes de modo geral, trabalhos de todos os Estados do país.

Atingidas as metas física (100%) e financeira (100%), a ação pode ser considerada extremamente bem-sucedida.

Tabela 19 – Ação: Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	392	0168	6523	A	3	unidade	40	40	0

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
R\$	R\$	R\$
114.000,00	87.198,00	96,00

A ação tem por objetivo promover o livro, a leitura e o conhecimento acadêmico e científico por meio de realização, apoio e participação de artistas, produtores, técnicos e estudiosos em eventos culturais no País e no exterior, possibilitando a difusão e a socialização de conhecimentos e de experiências, visando divulgar a literatura e os autores e contribuir para o estímulo do hábito da leitura.

Nesta ação, as despesas de custeio foram prioritariamente com passagens aéreas e diárias para participantes dos eventos realizados, cuja importância e relevância são detectáveis no detalhamento abaixo. Também os serviços de hospedagem de colaboradores eventuais foram custeados pela ação.

Foram empregados recursos ainda em contratação de serviço de registro fotográfico de eventos e em pagamento de taxas de inscrição de pesquisadores em eventos externos. Prevista a aquisição de material permanente (capital), os recursos foram gastos na compra de equipamentos de informática, para atualização e adequação do Centro de Pesquisa às exigências tecnológicas atuais.

Do total de 40 eventos realizados, destacam-se as ações comemorativas do centenário da Campanha Civilista e dos centenários de Joaquim Nabuco, Noel Rosa e Ângelo Agostini (morte). Os demais seminários e colóquios, as séries de debates, os grupos de reflexão, os lançamentos de livros, as palestras, às vezes ilustradas por atividades artísticas, completam o conjunto de eventos culturais da área, que movimentam a instituição e a colocam em evidência como órgão capaz de congregar atividades de reflexão acerca da cultura brasileira, de acordo com sua missão institucional.

Os eventos realizados atingiram a meta física prevista. A execução financeira não atingiu o valor previsto, em virtude de os processos licitatórios adotados haverem baixado os preços dos serviços para valores bem aquém do planejado.

Foram os seguintes os eventos realizados ao longo do ano de 2010:

1. 5ª Jornada de Iniciação Científica da FCRB (2 de agosto)

A Fundação Casa de Rui Barbosa promove anualmente a Jornada de Iniciação Científica, que constitui etapa fundamental do processo de avaliação do Programa de Iniciação Científica e fortalecimento da pesquisa na instituição ao permitir a apresentação dos trabalhos científicos dos bolsistas e proporcionar o intercâmbio entre os pesquisadores e estudantes. As melhores comunicações são premiadas com a publicação nos *Cadernos de Iniciação Científica*, em versão impressa e também disponibilizadas no portal da Fundação. Os trabalhos são avaliados e comentados por professores de universidades e/ou instituições, membros do Comitê Externo de Avaliação.

2. Seminário Cultura, Trabalho e Cidade: dos Direitos do Trabalho ao Trabalho dos Direitos – Homenagem a Joaquín Herrera Flores (5 e 6 de agosto)

O seminário, organizado pela FCRB, Universidade Nômade e pelo Coletivo da Linha de Pesquisa Micropolíticas do Trabalho e Cuidados em Saúde, discutiu os direitos não mais como resultado do emprego, mas os direitos como condição para que a nova qualidade (cultural, comunicativa, linguística) do trabalho não se limite à fenomenologia de uma nova servidão, mas atualize seu potencial de liberdade.

3. Seminário Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa (23 e 24 de agosto)

O objetivo do seminário foi reunir trabalhos que discutissem questões suscitadas pela pesquisa em arquivos, lançando luz sobre a especificidade desse tipo de artefato cultural. Foi resultado de um trabalho conjunto de três instituições – Fundação Casa de Rui Barbosa, Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas e Escola de Comunicação/UFRJ.

4. Seminário Internacional As Belas Formas da Melancolia: Historiografia, Materialidade e Presença na Obra de Hans Ulrich Gumbrecht (2 de setembro)

O seminário, proposto pelo Setor de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa e organizado por pesquisadores e professores da FCRB, Unirio, PUC-Rio e UFOP, tratou de temas e conceitos abordados direta ou indiretamente na obra do historiador e crítico Hans Ulrich Gumbrecht, professor da Universidade de Stanford (EUA).

5. Seminário Angelo Agostini 100 anos depois (15 a 17 de setembro)

O seminário reuniu, pela primeira vez, todos os especialistas na vida e obra de Angelo Agostini. Paralelo ao seminário, foi montada uma pequena mostra – “Angelo Agostini o chargista e seu tempo”, com curadoria de curadoria de Luiz Guilherme Teixeira Sodré (FCRB) e Pedro Krause – composta de painéis fotográficos e vitrines com exemplares da *Revista Ilustrada*, pertencentes ao acervo da FCRB (coleção Plínio Doyle).

6. Seminário Internacional Políticas Culturais: Teorias e Práxis (22 a 24 de setembro)

Encontro de especialistas, estudiosos e interessados nas questões relativas à área de políticas culturais, com o objetivo de divulgar trabalhos e promover debates no campo das ações políticas, das reflexões históricas e das reflexões teóricas. O encontro foi organizado pela área de Políticas Culturais da FCRB com o apoio do Itaú Cultural.

7. Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro 2010 (30 de setembro)

O seminário, uma das atividades integrantes do Pontão Rede Fluminense de Cultura, sob a coordenação da Decult SR3 Uerj & Comcultura RJ, contou com o apoio da FCRB

8. Seminário Reflexos de Nabuco (13 a 15 de outubro)

Em comemoração ao centenário da morte de Joaquim Nabuco, a FCRB promoveu um encontro de especialistas de várias disciplinas para discutir aspectos diversos da atuação e da obra do intelectual, político e diplomata cuja elegância de espírito marcou o final do Império e o início da República.

9. Seminário “Pedras pisadas do cais”: A Revolta da Chibata revisitada (1910-2010) (19 de outubro)

Após cem anos, a Revolta da Chibata continua despertando interesse e curiosidade. Debates, discussões, livros e artigos se avolumam em torno da comemoração do seu centenário. O que foi esse movimento, o papel do seu líder e a atuação dos oficiais da Marinha de Guerra foram os principais temas dos conferencistas. O evento contou ainda com uma mostra de cartas e relatórios que retratam a expulsão de mulheres, homens e marinheiros para o distante Acre, no Natal de 1910, a bordo do navio *Satélite*.

10. Seminário Crítica de Poesia (21 de outubro)

A experiência crítica em sua relação com as poéticas modernas e contemporâneas: este foi o fio condutor do seminário organizado pelo Setor de Filologia da FCRB.

11. Conferência “Desconfiança e democracia”, Pierre Rosanvallon (22 de outubro)
A Embaixada da França, através do Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica (Cendotec), e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) promovem a vinda ao país de um importante intelectual francês: o historiador e cientista político Pierre Rosanvallon, professor do Colégio de França, que lança o livro *Por uma história do político*, e o sociólogo Bernard Lahire.
12. II Seminário História Social da Língua Nacional: A diáspora africana (27 e 28 de outubro)
O objetivo do evento foi aprofundar um campo de reflexão e questionamento dos mais férteis e produtivos nas últimas décadas no Brasil. Discutir as questões da Diáspora Africana relacionadas ao processo histórico-social da língua nacional nos leva a evocar o tráfico de escravos e as redes do mundo atlântico como travessia de homens, culturas, línguas, modos de comunicação e vida social. Pesquisadores que se propõem a atravessar fronteiras disciplinares têm às vezes poucos momentos de diálogo, e reuni-los foi o intuito principal do seminário, para que possamos também atingir um público maior com a divulgação dos resultados e contribuir para o aprofundamento dessas questões. O seminário integrou as comemorações do Dia da Cultura, promovido pelo Ministério da Cultura, cujo tema em 2010 foi a língua portuguesa.
13. Encontros culturais de língua portuguesa (3 e 4 de novembro)
O evento foi promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa e pela Diretoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Cultura. Além dos palestrantes brasileiros, participaram das mesas-redondas convidados de Portugal, Cabo Verde e Angola. A programação integrou a Semana da Cultura. Organização de Rachel Valença.
14. Seminário Revistas Ilustradas: modos de ler e ver o Rio de Janeiro na Primeira República (16 e 17 de novembro)
João do Rio dizia que as revistas ilustradas eram um “espelho capaz de guardar imagens para o historiador futuro”. Modernidades gráficas, sensibilidades urbanas, cinema, fotografia, caricatura, artes e literatura são temas apresentados pelas revistas ilustradas e que o seminário propõe a discutir. O evento foi uma realização da FCRB e contou com a parceria do Programa de Pós-Graduação em Artes da UFRJ e do Laboratório de História Oral de Imagem da UFF
15. Seminário História e Direito: uma agenda de pesquisa (18 e 19 de novembro)
O seminário, organizado pela FCRB e pelo Instituto Brasileiro de História do Direito, reuniu pesquisadores de diferentes áreas que atuam na investigação da história do direito e das instituições. O objetivo do encontro foi promover o diálogo entre esses pesquisadores, seus temas e métodos, privilegiando as reflexões sobre o pensamento constitucional brasileiro.
16. Seminário Noel Rosa: um carioca de 1910 (29 de novembro)
Noel Rosa, um dos mais importantes compositores da música popular brasileira, completaria cem anos em dezembro de 2010. Longe de completá-los, Noel viveu muito pouco, menos de 27 anos, o suficiente, no entanto, para deixar um legado de mais de trezentas canções e uma contribuição fundamental para a legitimação do samba como gênero representativo do país. Não apenas para lembrar seu centenário a Casa de Rui Barbosa e o Museu da Imagem e do Som se associaram, mas principalmente para debater vários aspectos de sua obra, tentar entender a época em que viveu, a cidade em que nasceu e ainda para oferecer aos admiradores de hoje um pouco de sua música.
Organização: Rachel Valença e Ana de Hollanda.
Sem tostão, show de Cristina Buarque e Henrique Cazes
17. “O lugar da caricatura na imprensa do começo do século XX”, Isabel Lustosa (FCRB, IHGB).
Palestra da Série Pensar a Imprensa. 11 de março
18. “A matéria das matérias: Porque a história dos impressos é importante para pensar a imprensa”, Rafael Cardoso (escritor e historiador da arte, autor do livro *Impresso no Brasil 1808-1930*). Palestra da Série Pensar a Imprensa. 8 de abril

19. “Jornais centenários e os usos do tempo”, Letícia Matheus (doutora em Comunicação/UFF). Palestra da Série Pensar a Imprensa. 13 de maio
20. “O que liam os cariocas no século XIX?”, Tânia Bessone (Uerj, Procientista, CNPq). Palestra da Série Pensar a Imprensa. 24 de junho
21. “Lacerda na era da insanidade”, Francisco José Guimarães Padilha (jornalista e escritor). Palestra da Série Pensar a Imprensa. 12 de agosto
22. “Estratégias discursivas nas revistas científicas: mídia, divulgação científica e biopolítica”, Ieda Tucherman (UFRJ). Palestra da Série Pensar a Imprensa. 30 de setembro
23. “Charges e caricaturas: o humor gráfico na história da imprensa”, Laura Nery (Uerj). Palestra da Série Pensar a Imprensa. 14 de outubro
24. “A circulação das palavras: imprensa e oralidade no Brasil da primeira metade do século XIX”, Marco Morel (Uerj, CNPq). Palestra da Série Pensar a Imprensa. 25 de novembro
25. “Perspectivas para uma política dos pobres”, Giuseppe Cocco (Universidade Nômade), Emerson Mehry (UFRJ) e Ivana Bentes (UFRJ). Colóquios: O devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo. 18 de março
26. “Por uma política dos pobres: a constituição democrática da cidade e direitos humanos”, Alexandre Mendes (defensor público), Gerardo Silva (UFRJ), Cunca Bocayuva (PUC-Rio) e Rodrigo Guéron (Uerj). Colóquios: O devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo. 15 de abril
27. “Biopolítica, trabalho e valor”, Cesar Sanson (Cepat), Simone Sobral (UFSC) e Ricardo Moebus (Ufop). Colóquios: O devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo. 6 de maio
28. “Cultura digital, política dos ‘pontos’, política do amor!”, Adriano Belisário (Pontão ECO/UFRJ), Henrique Antoun (ECO/UFRJ) e Bruno Tarin (MinC). *Colóquios: O devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. 17 de junho
29. “Crise do valor, crise da medida”, Pedro Barbosa Mendes (UN - RJ), Leonardo Palma (UN - Santa Maria) e Sylvio Gadelha (UFC). Colóquios: O devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo. 1º de julho
30. “Outras estéticas possíveis”, Alex Topini (artista plástico; Coletivo Filé de Peixe), Bárbara Szaniecki (PUC-Rio e Universidade Nômade), José da Costa (Unirio e CNPq) e Marcus Vinícius Faustini (Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu). Colóquios: O devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo. 2 de setembro
31. “O devir-mulher do mundo”, Vanessa do Canto (Universidade Nômade), Anayansi Brenes (UFMG), Márcia Aran (Uerj) e Leonora Corsini (IBICT, Universidade Nômade). Colóquios: O devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo. 7 de outubro
32. História e Culturas Urbanas: Revisitando a favela: a experiência das UPPs
A série mensal de palestras discutiu sob o ponto de vista dos diversos agentes envolvidos o impacto nas comunidades afetadas e na cidade em geral da implantação em favelas cariocas das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). 27 de abril a 30 de novembro
33. Recital de música. *Sem tostão*, show de Cristina Buarque e Henrique Cazes
34. Curso O Rio de Janeiro e o Brasil em torno de 1850 – 26 a 30 de julho
Marcando a data nascimento de Rui Barbosa (1849), o curso examinou as mudanças ocorridas no Rio de Janeiro e no Brasil em meados do século XIX. Mudanças políticas, com o ministério “saquarema” de Eusébio de Queirós, que, a partir de outubro de 1849, depois da saída do marquês de Olinda, é o primeiro a não incluir ex-regentes, os quais, nas palavras de Nabuco, se comportavam como “vice-imperadores”. O fato consolida um autêntico regime parlamentar no Brasil. Com o esmagamento da Revolução Praieira (1849) e o assentamento das oligarquias nos governos provinciais, o governo

central do Rio de Janeiro afirma sua hegemonia por todo o país. Mudanças econômicas com a criação do Código Comercial (1850), com a Lei de Terras (1850) que define a política imigratória do país. Mudanças culturais, com a corrida do ouro na Califórnia (1849), que levou à modernização do transporte entre o Rio de Janeiro (escala obrigatória da navegação para o Pacífico antes da inauguração do Canal do Panamá em 1914) e a Europa e os Estados Unidos, com a primeira ligação regular em vapor entre Liverpool e a baía de Guanabara. Enfim, o final do tráfico negreiro, em 1850, rompe a matriz espacial colonial do Atlântico Sul, acentua a ocidentalização da economia e da sociedade e assinala o renascimento do Estado brasileiro. O curso foi ministrado pelo prof. Luiz Felipe de Alencastro (Universidade de Paris Sorbonne).

35. Lançamento do livro *Textos Nômades – Políticas Culturais no Brasil: História e Contemporaneidade*, de Lia Calabre (chefe do setor de Políticas Culturais da FCRB) – 8 de julho
O lançamento foi precedido da palestra “Estudos sobre política cultural: uma perspectiva bibliográfica”, proferida por Alexandre Barbalho (UECE)

36. Palestra “Arte como instrumento de cidadania e artista como trabalhador: duas abordagens de investigação no campo da cultura”, Liliana Segnini e Cibele Rizek

Lançamento do Edital 2010 Rumos Pesquisa (12 de maio)

Em 2010, o Rumos Itaú Cultural abriu inscrições para trabalhos e projetos em quatro áreas de expressão: Música, Literatura, Teatro e Pesquisa. Durante o período de inscrição, o programa desenvolveu oficinas, palestras e debates pelo Brasil, divulgando o edital e estimulando a produção e o debate em todas as regiões do país. Aqui foram apresentadas as palestras abaixo discriminadas.

37. Palestra “Gestão cultural e a capacitação de gestores de cultura: o caso de São Gonçalo”, Cleisemery Campos Costa, por ocasião do lançamento do Edital 2010 Rumos Pesquisa (12 de maio)

38. Lançamento do livro *Nihilismo e negritude*, de Célestin Monga (21 de setembro)

39. Lançamento do livro *Cidades latino-americanas / Um debate sobre a formação de núcleos urbanos*, organizado por Fânia Fridman e Maurício Abreu (18 de outubro).

40. Exposição Angelo Agostini. Setembro a novembro.

Por ocasião do seminário Angelo Agostini 100 anos depois (15 a 17 de setembro), foi montada uma mostra – “Angelo Agostini o chargista e seu tempo”, com curadoria de Luiz Guilherme Teixeira Sodré (FCRB) e Pedro Krause, composta de painéis fotográficos e vitrines com exemplares da *Revista Ilustrada*, pertencentes ao acervo da FCRB (Coleção Plínio Doyle).

MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA

Tabela 20 – Ação: Gestão e Administração do Programa

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	122	0171	2272	A	3	–	–	–	–

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2011 R\$
257.750,00	143.759,00	80.458,00

Realizar despesas que não gerem produtos específicos, mas que contribuam para a conservação dos objetivos do Programa.

No decorrer do ano, esta ação deu suporte ao Programa através de desembolsos referentes a suprimento de fundos, aquisição de produtos, contratação de serviços de apoio a eventos, aquisição de equipamentos, diárias e passagens de servidores.

Justifica-se o valor da meta a ser realizada em 2011 pelo atraso no cronograma de execução de importantes projetos em consequência contingenciamento de recursos no 2º semestre de 2010.

Tabela 21 – Ação: Modernização de Museus, Ampliação e Reforma

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	391	0171	1612	P	3	unidade	2	1	1

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2011 R\$
290.519,00	132.398,00	155.998,00

A ação tem como objetivo dinamizar as duas unidades museológicas da Fundação: o Museu Casa de Rui Barbosa e o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira.

O Museu Casa de Rui Barbosa, primeiro no gênero no país, vem merecendo um programa permanente de modernização no sentido de aprimorá-lo como instituição – modelo para os demais museus casas do país –, desenvolvendo ações diversas no sentido de cumprir as suas funções básicas, colocando, caso contrário, em risco a preservação, a pesquisa e a promoção da parcela do patrimônio cultural preservado, além de ameaçar a própria integridade física de seus funcionários e visitantes.

O ano de 2010 marcou, no museu, a finalização do projeto “Remanejamento das áreas de suporte de funcionamento do Museu Casa de Rui Barbosa”. Essa recuperação incluiu a adaptação do canil e da sala do forno para utilização como cafeteria e de sala lateral da garagem do museu como loja, com projeto aprovado pelo Iphan, que considerou não haver interferência no arcabouço estrutural do monumento, uma vez que as intervenções são reversíveis.

Foi iniciada a segunda etapa dos estudos do acervo arqueológico coletado em 2007, quando da execução de obras de drenagem no jardim. Foram contratadas as profissionais responsáveis pela prospecção e os primeiros estudos: arqueólogas Ana Cristina Sampaio e Jackeline Macedo, que, nesta

etapa, definiram quais as peças que sofrerão descarte e selecionarão aquelas com real valor histórico, que enriquecerão os estudos da vida familiar de Rui Barbosa e dos costumes da época.

O ano de 2010 foi dedicado, no museu, à implementação de algumas ações do Projeto de Renovação Museográfica do Museu Casa de Rui Barbosa, que visa recuperar a ambientação da casa à época de Rui Barbosa de modo a proporcionar ao visitante uma experiência perceptiva, historicamente fundamentada, de como Rui Barbosa e sua família moravam, que gosto aparentavam, que peças escolheram para conviver e satisfazer seus hábitos e expectativas estéticas. Para tal foram realizadas: restauração de 24 peças de mobiliário do museu, incluindo cadeiras de palhinha, estantes, jardineiras, biombo e estofados; lavagem de antigas cortinas e sanefas dos quartos de Rui Barbosa, que retornaram ao circuito de visitação; restauração de duas luminárias, restauração de jarrão de faiança japonesa e pia antiga inglesa; confecção de 55 pares de *brise-bise* para janelas do museu; confecção de cortinas e sanefas para as salas da jantar e almoço, dossel e colcha para cama e cortinado para o quarto de Rui Barbosa; confecção de púlpitos, anteparos e placas de fechamento de portas em acrílico para suporte de novos leitores, para visualização da biblioteca de Rui Barbosa e anteparos para segurança de peças do museu. Além disso, foram realizadas intervenções para retirada de papéis de parede danificados, recolocação de argamassas faltantes e reintegração estética de áreas em paredes do Museu Casa de Rui Barbosa para o restabelecimento da leitura histórica das Salas Pró-Aliados, Questão Religiosa, Federação, Sala de Jantar e corredor principal do museu.

Destacamos entre as aquisições e os serviços inscritos em restos a pagar com entrega e conclusão para o início de 2011: Áudioguias para o Museu (R\$54.720,00), confecção de anteparos e leitores para objetos museográficos (R\$44.205,00); totens multimídias para o Museu (R\$15.180,00); equipamentos para monitoramento de ambientes de guarda de acervos (R\$18.070,00).

O Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) foi criado com o objetivo de preservar a memória literária de nosso país. Reúne hoje em seu acervo cerca de 124 arquivos privados de escritores brasileiros, além de uma coleção de documentos avulsos, coletados esparsamente ao longo desses anos. Os documentos podem ser consultados na sede da Fundação, mediante agendamento. Informações sobre o conteúdo de cada arquivo podem ser obtidas na base de dados Guia de Fundos e Coleções.

Em 2010, foi dado prosseguimento às melhorias de condições de armazenamento ao acervo, e preparação de imagens para inserção na base de dados Iconografia – etapa em andamento, com conclusão prevista em 2011.

Tabela 22 – Ação: Funcionamento de Museus

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	391	0171	2651	A	3	unidade	13.000	21.056	0

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
R\$	R\$	R\$
1.053.077,00	927.402,00	51.373,00

As despesas realizadas nesta ação visam atender ao funcionamento da Casa de Rui Barbosa, visitada diariamente por estudantes, pesquisadores, moradores do bairro e turistas; do grande jardim, tombado pelo Patrimônio Histórico, com cerca de 9.000m²; e do edifício-sede, que abriga o Arquivo Histórico e Institucional, a Biblioteca São Clemente e o Arquivo Museu de Literatura Brasileira, com todo o acervo cultural da FCRB, bem como os pesquisadores, analistas e pessoal administrativo.

Conforme mencionado nos relatórios de gestão de 2008 e 2009, a Administração, juntamente com o Centro de Memória e Informação, vem aprimorando a metodologia para definição da meta física para esta ação.

Dessa forma, e assim como em 2009, foram computados em 2010 não só os visitantes do Museu, mas também os consulentes da Biblioteca, do Arquivo Museu de Literatura Brasileira e do Arquivo Histórico e Institucional, haja vista que, para realização de suas missões, esses setores também utilizam recursos oriundos desta ação. Em 2010 o público atendido aumentou em 6%. Em que pese a meta física prevista de 2010 ter aumentado em 30%, de modo a minimizar a larga diferença entre a prevista e a realizada de 2009 – que ficou em 98,46% –, em 2010 a meta física realizada ultrapassou a prevista em 61,97%.

Vale ressaltar que a meta física não foi definida pela FCRB, mas automaticamente, como consequência do orçamento disponibilizado para esta ação, gerando distância desproporcional entre as metas físicas prevista e realizada. Considerando que tão logo se tenha acesso à estatística de visitantes às bases disponibilizadas no portal as mesmas serão incorporadas à meta física desta ação, a tendência é que a meta física realizada ultrapasse a prevista ainda mais, caso não haja alteração na meta física definida.

Quadro 1 – Público Atendido: Museu, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Arquivo Histórico e Institucional e Biblioteca

	Visitantes Museu	AMLB	Arquivo Interno	Arquivo Externo	Biblioteca	Total
Janeiro	431	14	64	5	7	521
Fevereiro	259	16	76	16	49	416
Março	788	15	95	20	158	1.076
Abril	1.000	12	97	16	83	1.208
Mai	1.141	37	187	19	199	1.583
Junho	1.130	12	50	20	696	1.908
Julho	1.190	27	187	9	1993	3.406
Agosto	1.283	35	177	11	1530	3.036
Setembro	1.261	23	189	17	1.237	2.727
Outubro	881	24	143	16	982	2.046
Novembro	792	15	165	14	1.229	2.215
Dezembro	364	17	129	10	394	914
Total 2010	10.520	247	1.559	173	8.557	21.056

Dos R\$1.053.077 contidos na LOA 2010, foram empenhados R\$978.773,00, tendo sido realizados e pagos R\$927.403,00, equivalendo, portanto, a 94,75% de execução. O saldo não empenhado de R\$74.304,00, dos quais R\$70.000,00 seriam destinados para despesas de capital, se deveu pelo limite de cota de empenho estabelecido pelo Ministério da Cultura. Os R\$4.304,00 restantes, equivalendo a somente 0,4% do total disponibilizado na LOA, deveram-se a ganhos originários de licitação.

Os R\$51.370,00 não executados, equivalentes a 5,25% do total empenhado, foram inscritos em restos a pagar, representando, na sua quase totalidade, as despesas fixas, oriundas de serviços continuados, dentre os quais alguns cujos valores são estimados, tais como fornecimento de energia elétrica, telefonia e água encanada.

Tabela 23 – Ação: Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	391	0171	6529	A	3	unidade	12	14	-

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2011 R\$
64.221,00	56.047,00	3.922,00

Esta ação tem por objetivo promover a realização de palestras, seminários, mesas-redondas, além de atividades infantojuvenis, voltados para a análise e divulgação do patrimônio cultural brasileiro, em especial o museológico, e as questões técnicas relacionadas ao seu tratamento e preservação do museu-casa, seu entorno e coleções.

Nesse âmbito, destaca-se a série “Um domingo na Casa de Rui Barbosa”, evento sociocomunitário mensal que tem por objetivo consolidar a proposta de educação patrimonial e aproximar Rui Barbosa e sua época do público que visita a instituição, por meio de atividades lúdicas educativas, voltadas para as famílias, e que se realizaram no jardim do Museu. Foram realizados nove sessões, alcançando o número de 950 pessoas. A série, iniciada em 2005, já se consagrou na agenda cultural infantojuvenil da cidade. As atividades de 2010 abordaram os seguintes temas:

“Dia internacional do Livro Infantojuvenil”, 5 de abril

- Teatro interativo música, brincadeiras e desafios: atividades que levaram as crianças a refletirem sobre a importância da leitura. Participação de Elisa Bedran
- Visita dramatizada ao Museu: “Um mistério paira sobre a Casa de Rui Barbosa...”, baseada no livro *Assombração na Casa de Rui Barbosa de Domingos Gonzalez Cruz e Eni Valentim Torres*.

“Abolição da escravatura”, 3 de maio

- Teatro de bonecos baseado no livro *Trapezunga e Terreirão – uma fábula da Abolição*, de Chico Alencar
- Oficina de bonecos de varas
- Visita dramatizada ao Museu: “Um mistério paira sobre a Casa de Rui Barbosa...”, baseada no livro *Assombração na Casa de Rui Barbosa de Domingos Gonzalez Cruz e Eni Valentim Torres*

“Meio ambiente”, 7 de junho

- Apresentação da peça *O menino do dedo verde*, de Maurice Druon
- Caminhada ecológica no jardim – com aula sobre as plantas do jardim histórico
- Plantio de mudas
- Visita dramatizada ao Museu abordando a paixão de Rui Barbosa pela botânica

“Férias”, 5 de julho

- Peça de teatro de fantoches – *Histórias do Oriente*, contada por Ilana Pogrebinschi;
- Oficina de origami
- Visita dramatizada ao Museu Casa de Rui Barbosa

“Brincadeiras antigas”, 19 de julho

- Exposição interativa de brinquedos antigos, exposição de imagens de crianças de várias épocas e contextos sociais, com trilha sonora de cantigas de roda e brinquedos cantados
- Oficina de brincadeiras antigas como: amarelinha, carniça, cinco-marias, trava-líguas, etc.
- Visita dramatizada ao Museu Casa de Rui Barbosa

“Folclore”, 2 de agosto

- Apresentação de três contos brasileiros, contado pela Ilana Pogrebinschi; *o boi-bumbá*, do folclore, *Lucia-Já-Vou-Indo*, de Maria Heloisa Penteadó e *A tartaruga e a borboleta* de Liliane e Michele Lacocca
- Visita dramatizada ao Museu

“A importância da escrita”, 6 de setembro

- Apresentação da estória “A prodigiosa tarde de Baltazar”, uma adaptação do conto do escritor Gabriel Garcia Márquez, pelo grupo Tupiniquim
- Visita dramatizada ao Museu, guiada por personagens: um fantasma e uma contadora de histórias

“Poesia”, 4 de outubro

- O grupo Cia Troppa de Fantoques em Cena apresenta a história “No mundo da lua”, que mistura poesias autorais e populares por meio da musicalidade das cantigas
- Oficina arte em imagens
- Visita dramatizada ao Museu

“Criança”, 18 de outubro

- Oficina de brinquedos com Max Cardoso onde as crianças confeccionaram pipas
- Visita dramatizada ao Museu guiada por personagens: um fantasma e uma contadora de histórias

“Música”, 1º de novembro

- Contos e acalantos – grupo Cia. Tropa de Fantoques
- Oficina de confecção de instrumentos musicais com material reciclado
- Visita dramatizada ao Museu Casa de Rui Barbosa, guiada por personagens: um fantasma e uma contadora de histórias

“Natal”, 6 de dezembro

- Apresentação de contos natalinos pelo Grupo Dupla Contação
- Oficina de confecção de árvore de Natal
- Visita dramatizada ao Museu-Casa de Rui Barbosa conduzida por personagens: um fantasma e uma contadora de histórias

Como atividade extra, foi promovida a apresentação do espetáculo *Stellaluna*, com o ator Heleno Hauer. Dia 14 de dezembro. Entrada franca.

Nesta ação ainda foram desenvolvidas outras iniciativas voltadas para a prática museal: apresentação de duas palestras da série Museu de Ideias, ciclo promovido pela FCRB, pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) e pelos Museus Castro Maia (MCM). A série, com entrada franca, tem como objetivo ampliar e divulgar pesquisas em educação não formal além de fomentar o debate sobre ações educativas em museus entre profissionais que atuam em diferentes espaços museológicos.

Com os recursos disponíveis da ação foi possível realizar outras promoções e superar a meta inicial. Nesse conjunto, destacam-se o I Encontro de Gestores de Jardins Históricos, evento promovido pela FCRB, em colaboração com o Iphan e o Museu Mariano Procópio, que reuniu, de 5 a 7 de outubro, em Juiz de Fora (MG), representantes dos jardins históricos do país; o III Encontro de Estudos sobre Ambiente Construído do Brasil do século XIX, realizado de 9 e 10 de setembro. O encontro teve como objetivo promover a reunião de pesquisadores da história da arquitetura e do urbanismo, bem como profissionais da área de preservação do patrimônio cultural para apresentação de estudos em andamento, discussão de novos enfoques e troca de informações e experiências sobre o tema. A

participação gratuita foi restrita para profissionais e pesquisadores. As mesas-redondas abordaram os seguintes temas : Arquitetura e espaço urbano, História e crítica da arquitetura, Preservação, Elementos da paisagem.

Tabela 24 – Ação: Capacitação de Profissionais de Museu

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	128	0171	8207	A	3	unidade	20	53	-

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2011 R\$
80.000,00	72.557,00	478,00

Esta ação tem por objetivo promover e incentivar a capacitação e qualificação de profissionais das atividades de museologia e preservação, por intermédio de ações como cursos; seminários; oficinas; programas de formação; intercâmbios; estágios, em nível nacional e internacional e concessão de bolsas de estudo.

A ação atende prioritariamente o Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da FCRB, instituído em 2005, que oferta bolsas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico nas diversas áreas de conhecimento a que se dedica a instituição.

No âmbito dessa ação, o programa é voltado para a capacitação e aperfeiçoamento nas áreas de museologia e preservação, segundo ementas e exigências curriculares específicas, oferecidas por meio de edital público e seleção de candidatos. Esse procedimento implica que nem sempre haja candidatos suficientemente qualificados para o preenchimento das bolsas oferecidas, acarretando eventuais vacâncias.

Em 2010, a ação financiou 13 bolsas de pesquisa no âmbito do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa, e 3 bolsas de estágios.

Com o saldo dos recursos, foi possível a realização do curso de especialização “Técnicas tradicionais de *stuccos* em revestimentos portugueses”, 20 a 23/10, das 10h às 14h, pela Dra. Prof^a. Eduarda Moreira da Silva Vieira, da Universidade Católica do Porto, realizado em colaboração com o Iphan. O curso apresentou um retrospecto histórico da técnica e seus diferentes usos, e reuniu 37 profissionais, entre arquitetos, restauradores e artífices.

GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA

Tabela 25 – Ação: Gestão e Administração do Programa

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	122	0173	2272	A	3	unidade	0	0	0

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2011 R\$
7.562,00	-	6.892,12

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Dos R\$7.562,00 alocados, R\$6.892,12 foram empenhados na aquisição de licença Windows Standart 2008, a ser entregue no início de 2011 e na contratação de serviço de manutenção de softwares. Do total alocado foram empenhados 91,14%.

Tabela 26 – Ação: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	128	0173	4572	A	3	unidade	30	26	-

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2011 R\$
30.000,00	27.115,00	1.074,00

Esta ação vem sendo objeto de aprimoramento, desde 2005, quando foi realizado, em caráter experimental, o primeiro plano de capacitação da Fundação. Muito há ainda a ser feito para um projeto de capacitação eficiente, considerando, sobretudo, o crônico problema de falta de pessoal administrativo que, com a superposição de tarefas, gera dificuldade para a execução do plano em tempo hábil.

É condição *sine qua non* a realização de concurso público para solucionar esse problema, agravado pela iminência de aposentadoria de vários servidores. A título de ilustração, vale registrar que 10 servidores se aposentaram em 2010, sem qualquer substituição, e que o Serviço de Recursos Humanos, conta com somente três servidores, sendo que em 2011 restarão apenas dois, em virtude da previsão de outra aposentadoria.

Para viabilizar a solução, a Fundação vem encaminhando ao MinC, desde 2007, ofícios sobre provimento de cargos por meio de concurso público, para que sejam submetidos ao Ministério do Planejamento e informando a cada ano a atualização desse *status*, nos termos da Portaria MP nº 45, de 24 de abril de 2003. Os documentos encaminhados estão listados no quadro abaixo.

Quadro 2 – Solicitação de realização de concurso

Documento	Quantidade de cargos solicitados para concursos
Ofício nº 139/2007/P-FCRB, de 21.05. 2007	21*
Ofício nº 271/2008/P-FCRB, de 06.10.2008	12
Ofício nº 333/2008/P-FCRB, de 28.11.2008	15
Ofício nº 69/2009-GPA/FCRB, de 24.03.2009	20
Ofício nº 142/2010/CGPA/FCRB, de 25.05.2010	26

* Quantidade solicitada em função da necessidade operacional da FCRB, sem levar em conta o número de cargos vagos naquele ano.

O Plano de Capacitação de 2010 procurou beneficiar os servidores das áreas meio e fim, bem como dos órgãos de controle interno. Foram realizados 18 cursos de curta duração e um de longa duração (Curso Técnico em Eletrotécnica – em andamento). Destacamos neste ano a maior participação dos servidores em congressos e seminários, além de importantes cursos de atualização frente a mudanças na legislação e modernização da administração pública.

A meta física realizada ficou 14% aquém da meta prevista, e a meta financeira realizada atingiu o patamar de 93,95% em relação à prevista. Tal fato se deveu ao cancelamento de um dos cursos, no final do exercício, por falta de quorum, não havendo tempo hábil para realização de outro, em substituição.

Quadro 3 – Relação de cursos e servidores capacitados

Curso	Servidores capacitados 2010
Curso de Técnico em eletrotécnica	1
Curso Protocolo e Arquivo corrente na Associação dos Arquivistas Brasileiros	1
Curso Planejamento, execução e controle do orçamento público	1
Participação no II Seminário de bibliotecas digitais/XVI Seminário nacional de bibliotecas universitárias	1
Curso de Composição de planilha de serviços continuados	1
Oficina de Gerenciamento eletrônico na área de preservação	1
Curso de Contabilidade pública	1
Curso de Digitalização e arquivamento de imagens	1
Curso de Segurança da informação e gestão de riscos	1
Curso de Preservação de documentos arquivísticos	1
Participação no XVI Congresso brasileiro de arquivologia	1
Participação no Seminário internacional de riscos ao patrimônio cultural	1
Curso Siafi gerencial	3
Curso de Elaboração de indicadores de desempenho organizacional	1
Curso Governança de TI no setor público	2
Participação no Seminário de contabilidade no setor público	2
Depreciação e outros aspectos	5
Curso Planilha de composição de custos e formação de preços na contratação de serviços terceirizados	1
Total	26

Tabela 27 – Ação: Sistema Nacional de Informações Gerenciais e Culturais

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	121	0173	6619	A	3	unidade	1	1	0

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
R\$	R\$	R\$
120.000,00	85.588,00	33.759,00

Os recursos desta ação foram destinados à aquisição de licenças de software, à cobertura de contratos continuados de tecnologia da informação, em apoio à atividade finalística e aquisição de computadores.

Do total do orçamento disponibilizado (R\$120.000,00), foram empenhados R\$119.347,00, equivalendo, portanto, a 99,46% do total. Em 2010 foram realizados 71,32%, tendo inscrito em Restos a Pagar 28,13%, a serem executados no início de 2011.

APOIO ADMINISTRATIVO

Tabela 28 – Ação: Administração da Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
13	122	0750	2000	A	3	unidade	-	-	-

Fonte: Sigplan

Execução Financeira		
Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2011 R\$
2.524.447,00*	1.979.698,00	410.331,00

* Não inclui despesa com pessoal /Inclui Fonte 250 (R\$29.856,00)

Esta ação visa dar cobertura às despesas continuadas, agregando a maior parte dos gastos com contratos e despesas variáveis bem como os gastos de investimento para atender toda a FCRB.

Em ordem decrescente de valor, destacamos na ação, além dos gastos correntes de consumo e de contratos de serviços continuados, as seguintes despesas:

Quadro 4 – Relação de despesas

Objeto	Valor (R\$)
Execução da 1ª etapa do projeto de sinalização do estacionamento da FCRB	79.450,00
Aquisição de 35 desktops	61.565,00
Manutenção da torre do sistema de ar condicionado central	38.999,00
Ampliação e modernização da central telefônica	29.000,00
Aquisição de 2 máquinas de ar condicionado central	27.800,00
Aquisição de peças sobressalentes para máquinas de ar condicionado central	21.490,74

O valor atribuído a esta ação na LOA2010, excluindo despesa com pessoal, somou R\$2.294.582,00, que foram distribuídos da seguinte forma:

Custeio: R\$2.087.447,00

Capital: R\$ 237.000,00

Contudo, em virtude de necessidade de complementação de custeio para cobertura de despesas administrativas, foram repassados mais R\$200.000,00 pelo Ministério da Cultura. O total destinado a esta ação passou a ser então: R\$2.524.447,00.

Ao final do exercício, o saldo não utilizado foi de R\$134.417,00, distribuído da seguinte forma:

Capital: R\$108.287,00

Custeio: R\$ 26.130,00

Assim, considerando o orçamento disponível (R\$2.524.447,00), concluímos que o saldo não utilizado equivale a apenas 5% do total, e que a meta financeira realizada atingiu 95% do previsto.

Para o atingimento, quase pleno, dessa meta financeira, e contando com somente 18 servidores lotados na área administrativa, foi de fundamental importância a continuidade da sistemática de adesão a atas de registro de preço, quando possível, em substituição a processos licitatórios, permitindo maior celeridade nos procedimentos administrativos, além de preços economicamente vantajosos, dada a pequena escala deste órgão.

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Tabela 29 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Casa de Rui Barbosa	42201	344001

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

Tabela 30 – Programação de Despesas Correntes

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1. Pessoal e Encargos Sociais		2. Juros e Encargos da Dívida		3. Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		14.809.696,	22.097.586,	-	-	5.459.199,	5.340.599,
	PLOA		14.809.696,	22.097.586,	-	-	5.459.199,	5.340.599,
	LOA		14.809.696,	22.097.586,	-	-	⁽¹⁾ 5.509.199,	3.340.599,
CRÉDITOS	Suplementares		9.350.000,	3.119.000,	-	-	⁽²⁾ 222.350,	384.173,
	Especiais	Abertos					1.906,00	
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						123.200,	
Outras Operações								
Total								
			24.159.696,	25.216.586,	-	-	5.610.255,	5.724.772,

Fonte: Siafi

⁽¹⁾ Inclui R\$50.000 – Emenda Parlamentar; ⁽²⁾ Inclui remanejamento de R\$123.200,00 no mesmo grupo de despesa e de R\$99.150,00 provenientes de despesas de capital.

2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital

Tabela 31 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4. Investimentos		5. Inversões Financeiras		6. Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		389.060,	591.473,	70.000,	70.000,	-	-
	PLOA		389.060,	591.473,	70.000,	70.000,	-	-
	LOA		⁽¹⁾ 439.060,	591.473,	70.000,	70.000,	-	-
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		⁽²⁾ 99.150,					
Outras Operações								
Total								
			339.910,	591.473,	70.000,	70.000,	-	-

Fonte: Siafi

2.4.1.3. Resumo da Programação de Despesas

Tabela 32 – Resumo da Programação de Despesas

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9. Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	20.268.895,	27.438.185,	459.060,	661.473,	-	-
	PLOA	20.268.895,	27.438.185,	459.060,	661.473,	-	-
	LOA	⁽¹⁾ 20.318.895,	27.438.185,	⁽²⁾ 509.060,	661.473,	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	⁽³⁾ 9.572.350,	3.503.173,			-	-
	Especiais	Abertos	1.906,				
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados	123.200,		⁽⁴⁾ 99.150,			
Outras Operações							
Total		29.769,951,	30.941.358,	409.910,	661.473,	-	-

Fonte: Siafi

⁽¹⁾ Inclui R\$50.000,00 / ⁽²⁾ Inclui R\$50.000,00 – Emenda Parlamentar / ⁽³⁾ Inclui remanejamento de R\$123.200, no mesmo grupo de despesa e R\$99.150, provenientes de despesas de capital / ⁽⁴⁾ Remanejamento para despesas correntes

A FCRB, órgão de administração indireta, elabora anualmente sua proposta orçamentária tendo como teto o limite estabelecido pelo Ministério da Cultura (MinC), ao qual esta fundação é vinculada. O Ministério, por sua vez, consolida os dados para serem inseridos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOP.

A proposta orçamentária para 2010 teve o mesmo limite do exercício de 2009, definido por meio do Ofício nº 173/SE/MinC, de 16/07/2009, fixado em R\$5.406.459,00, para despesas correntes e de capital.

Nos três últimos anos, os orçamentos aprovados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais não foram suficientes para a gestão da área meio, que foi ainda mais prejudicada quando da fixação de limite de cota orçamentária para empenho em 2010.

Ao não ser alterada a disponibilidade orçamentária em 2010, a situação se agravou ainda mais, pois considerando que as tarifas dos serviços essenciais (luz, água, telefonia) e os valores de contratos continuados aumentam anualmente, a consequência foi uma redução real no orçamento, fazendo por prejudicar o planejamento da área meio, por reduzir o abastecimento de suprimentos em geral e forçando a implantação de uma política interna de contingenciamento das despesas.

Além disso, para viabilizar o funcionamento da máquina administrativa foi necessária a transferência dos saldos originários dos resultados das licitações da área finalística, os quais poderiam ser aproveitados em outros projetos finalísticos, caso a realidade orçamentária da área meio fosse diferente.

Após apresentarmos as contas ao Ministério da Cultura, foi-nos repassado o crédito suplementar de R\$200.000,00 em custeio, para cobertura de despesas variáveis necessárias e de contratos continuados de modo a garantir o cumprimento das obrigações contratuais até o final do exercício.

Vale ressaltar, por fim, que esse contexto implica à área meio iniciar o exercício financeiro com todo o orçamento comprometido com despesas fixas, tornando inviável a adoção de ações com vistas à reforma e manutenção predial e modernizações em geral.

Por fim, ressaltamos que essa reiterada fixação de limites de cotas de empenho vem afetando significativamente o planejamento e execução não só da área meio, como da área finalística, prejudicando a realização da missão institucional.

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Tabela 33 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em
R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1. Pessoal e Encargos Sociais	2. Juros e Encargos da Dívida	3. Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	420002	4796	-	-	122.188,
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4. Investimentos	5. Inversões Financeiras	6. Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi

Por conveniência e oportunidade, o Ministério da Cultura incumbiu a FCRB de produzir a “Pré-Conferência Setorial de Cultura – Arquivos” no Rio de Janeiro, realizada entre 22 e 24 de fevereiro de 2010 e, para tanto, repassou, por meio da nota de crédito 2010NC000005, o valor de R\$320.000,00, com o financeiro correspondente.

Concluído o certame e adjudicado o objeto, foi emitido o valor estimativo de R\$190.350,00. Entretanto, a despesa final com o evento resultou em R\$122.188,10, que foi integralmente liquidada e executada em 2010. O saldo de empenho não utilizado de R\$68.161,90 foi anulado por meio do empenho 2010NE900245. Os saldos financeiro e orçamentário disponíveis não utilizados (R\$197.811,90) foram devolvidos ao MinC, em 04/05/2010, por meio dos seguintes documentos: 2010PF000041 e 2010NC000001.

Por fim, informamos que não houve impacto dessa programação no conjunto de recursos geridos na FCRB durante o exercício, por ter sido um evento específico de interesse comum ao MinC e a FCRB, não concorrendo ou comprometendo significativamente nem a programação orçamentária nem as atividades planejadas na FCRB.

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela 34 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Valores em
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	2.525.437,59	2.230.650,91	2.525.437,59	2.230.650,91
Convite	14.905,08	24.995,68	14.905,08	24.995,68
Tomada de Preços	236.016,82	0,00	236.016,82	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	2.259.515,69	2.190.655,23	2.259.515,69	2.190.655,23
Concurso	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	1.281.915,23	1.366.677,76	1.280.585,23	1.366.677,76
Dispensa	946.377,26	1.096.021,83	945.047,26	1.096.021,83
Inexigibilidade	335.537,97	270.655,93	335.537,97	270.655,93
Regime de Execução Especial	2.927,64	6.444,36	2.927,64	6.444,36
Suprimento de Fundos	2.927,64	6.444,36	2.927,64	6.444,36
Pagamento de Pessoal	23.614.182,07	24.986.256,38	23.614.182,07	24.986.256,38
Pagamento em Folha	23.563.611,62	24.913.753,83	23.563.611,62	24.913.753,83
Diárias	50.570,45	72.502,55	50.570,45	72.502,55
Outros	864.967,97	1.137.125,70	864.967,97	1.137.125,70

Fonte: Siafi Operacional / Siafi Gerencial

2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em
R\$ 1,00

Tabela 35 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	23.563.611,62	24.913.753,83	23.563.611,62	24.913.753,83	0,00	0,00	23.563.611,62	24.913.753,83
1º elemento de despesa: 3190.11 Vencimento e vantagens fixas – pessoal civil	13.493.483,92	13.498.865,12	13.493.483,92	13.498.865,12	0,00	0,00	13.493.483,92	13.498.865,12
2º elemento de despesa: 3190.01 Aposentadorias, reserva remunerada e reformas	6.500.348,66	7.690.525,63	6.500.348,66	7.690.525,63	0,00	0,00	6.500.348,66	7.690.525,63
3º elemento de despesa: 3191.13 Obrigações patronais	2.759.804,82	2.775.430,44	2.759.804,82	2.775.430,44	0,00	0,00	2.759.804,82	2.775.430,44
Demais elementos do grupo	809.974,22	948.932,64	809.974,22	948.932,64	0,00	0,00	809.974,22	948.932,64
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	5.381.708,88	5.464.605,04	4.432.830,02	4.584.154,72	948.888,86	880.450,32	4.431.490,02	4.584.154,72
1º elemento de despesa: 3390.37 Locação de mão de obra	1.787.175,82	1.922.897,40	1.606.398,37	1.751.109,85	180.787,45	171.787,55	1.606.398,37	1.751.109,85
2º elemento de despesa: 3390.39 Outros serviços de terceiros – PJ	2.273.624,90	1.740.108,41	1.651.630,02	1.276.361,76	621.994,88	463.746,65	1.650.300,02	1.276.361,76
3º elemento de despesa: 3390.46 Auxílio-Alimentação	199.196,72	396.960,71	0,00	396.960,71	0,00	0,00	199.196,72	396.960,71
Demais elementos do grupo	1.121.711,44	1.404.638,52	1.174.801,63	1.159.722,40	146.106,53	244.916,12	975.594,91	1.159.722,40

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela 36 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Valores
em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	333.254,29	369.285,46	280.746,86	191.876,56	52.507,43	177.408,90	280.746,86	191.876,56
1º elemento de despesa: 4490.52 Equipamentos e material permanente	333.254,29	369.285,46	280.746,86	191.876,56	52.507,43	177.408,90	280.746,86	191.876,56
5 – Inversões Financeiras	12.252,00	47.580,00	12.252,00	37.370,00	0,00	10.210,00	12.252,00	37.370,00
1º elemento de despesa: 4590.62 Aquisição de bens para revenda	12.252,00	47.580,00	12.252,00	37.370,00	0,00	10.210,00	12.252,00	37.370,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Tabela 37 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	122.188,10	-	122.188,10
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	122.188,10	-	122.188,10
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-

Fonte: Siafi Operacional

2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Tabela 38 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 Outras Despesas Correntes	0,00	122.188,10	0,00	122.188,10	0,00	0,00	0,00	122.188,10
1º elemento de despesa: 3390.39 Outros serviços de terceiros – PJ		122.188,10		122.188,10				122.188,10

Fonte: Siafi operacional

2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

NÃO OCORREU NO PERÍODO

O reiterado contingenciamento no exercício de 2010, com a imposição de limites de cotas de empenhos, alterou a dinâmica da execução orçamentária, uma vez que afetou o planejamento desta UG e principalmente a área finalística, ao atrasar os procedimentos licitatórios e, portanto, a realização do orçamento. Essa política congestiona os processos na área de orçamento, que ao serem liberados sobrecarregam a assessoria jurídica e a área de licitações e contratos. A situação se agrava ao confrontarmos com a realidade de apenas um pregoeiro e um procurador federal. Contudo, a experiência e o comprometimento da equipe técnica da FCRB conseguiu mais uma vez contornar essa circunstância.

As despesas com licitações da FCRB se restringiram a três modalidades: pregão (98,59%), convite (0,9%) e concurso (0,51%). A esmagadora maioria da despesa com licitação foi aplicada na modalidade pregão, restando ao convite apenas alguns serviços não enquadrados na categoria de “serviços comuns”. Em 2010, novamente foi alocado o mesmo valor para realização de um concurso de monografias, tendo como tema o acervo da FCRB, com distribuição de prêmio em espécie aos primeiros colocados.

O patamar de gastos com contratações diretas (dispensas e inexigibilidades), incluindo-se aí despesas com energia elétrica, água encanada e esgoto, se manteve na faixa histórica de 5% sobre o total do orçamento empenhado.

O gasto com suprimento de fundos continua sendo uma modalidade muito pouco utilizada (R\$6.444,36). Contudo, a despesa dobrou em relação a 2009, devido ao uso do cartão corporativo durante todo o exercício de 2010, diferentemente de 2009, quando encontramos dificuldades de relacionamento com o Banco do Brasil para concessão de cartões.

As despesas com diárias tiveram um aumento de 43,34% devido ao incremento de palestrantes no eventos finalísticos e ao maior número de convocações para reuniões em Brasília, no Ministério da Cultura.

No mais, as despesas mantiveram a mesma tendência.

A título de ilustração, incluímos a Tabela 39, com os gastos consolidados, discriminados por ação (exclusive gastos com folha de pessoal e benefícios), que representam a execução orçamentária de 2010.

Em uma análise macro dessa tabela, chegamos ao seguinte cenário: do total de R\$5.606.459,00, distribuídos nas 22 ações que implicaram gestão dos três coordenadores de ações da FCRB, concluímos que apenas R\$437.933,88 não foram empenhados, representando 7,81% do total. E ainda, do total previsto somando-se todas as ações, 73,27% foram realizados em 2010 e 18,92% foram inscritos em restos a pagar não processados.

Por fim, ao apreciarmos os dados citados no parágrafo acima e considerando ainda a grave restrição de pessoal pela qual passa esta fundação, chegamos a conclusão de que a execução orçamentária de 2010 obteve considerável êxito.

Tabela 39 – Consolidação da Gestão dos Gastos por Ação

CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DOS GASTOS POR AÇÃO - 2010										
Programa	Ação	Meta prevista (R\$)	Realizado (R\$)	Não realizado(R\$)	Saldo (R\$)	Realizado/previsto	Não realizado/Previsto (%)	Saldo/Previsto (%)	empenhado (%)	
Brasil Patrimônio Cultural	GAP	249.473,00	63.350,00	155.565,00	30.558,00	25,39	62,36	12,25	87,75	
	Pesquisa em Preservação Pat. Cult.	10.000,00	7.000,00	3.000,00	-	70,00	30,00	0,00	100,00	
	Preservação Acervos Culturais	170.000,00	29.641,00	119.538,00	20.821,00	17,44	70,32	12,25	87,75	
	Ampliação de Acervos	15.000,00	4.322,00	8.689,00	1.989,00	28,81	57,93	13,26	86,74	
	Promoção e Intercâmbio	50.000,00	26.453,00	2.956,00	20.591,00	52,91	5,91	41,18	58,82	
	Capacitação de RH em Patrimônio Cultural	150.000,00	146.942,00	-	3.058,00	97,96	0,00	2,04	97,96	
	Ampliação e Modernização de Laboratorios	33.000,00	30.434,00	-	2.566,00	92,22	0,00	7,78	92,22	
Livro Aberto	GAP	129.123,00	81.953,00	15.951,00	31.219,00	63,47	12,35	24,18	75,82	
	Pesquisa na área de Livro e leitura	16.552,00	15.949,00	434,00	169,00	96,36	2,62	1,02	98,98	
	Concessão de bolsa na área do livro	114.335,00	113.254,00	-	1.081,00	99,05	0,00	0,95	99,05	
	Produção de Obras Científicas	110.000,00	59.345,00	10.210,00	40.445,00	53,95	9,28	36,77	63,23	
	Concessão de Prêmios	17.400,00	17.400,00	-	-	100,00	0,00	0,00	100,00	
	Promoção e Intercâmbio de evento	114.000,00	87.198,00	96,00	26.706,00	76,49	0,08	23,43	76,57	
Museu, memória e Cidadania	GAP	257.750,00	143.759,00	80.458,00	33.533,00	55,77	31,22	13,01	86,99	
	Modernização de Museus	290.519,00	132.398,00	155.998,00	2.123,00	45,57	53,70	0,73	99,27	
	Funcionamento de Museus	1.053.077,00	927.402,00	51.373,00	74.302,00	88,07	4,88	7,06	92,94	
	Promoção e Intercâmbio de eventos museológicos	64.221,00	56.047,00	3.922,00	4.252,00	87,27	6,11	6,62	93,38	
	Capacitação profissionais de Museus	80.000,00	72.557,00	478,00	6.965,00	90,70	0,60	8,71	91,29	
Gestão da Política da Cultura	GAP	7.562,00	-	6.892,12	669,88	0,00	91,14	8,86	91,14	
	Capacitação de Servidores	30.000,00	27.111,00	1.074,00	1.815,00	90,37	3,58	6,05	93,95	
	Sistema Nacional de Informação	120.000,00	85.588,00	33.759,00	653,00	71,32	28,13	0,54	99,46	
Apoio Administrativo	Administração da Unidade	2.524.447,00	1.979.698,00	410.331,00	134.418,00	78,42	16,25	5,32	94,68	
Total		5.606.459,00	4.107.801,00	1.060.724,12	437.933,88	73,27	18,92	7,81	92,19	

2.4.3. Indicadores Institucionais

O processo de definição de quais indicadores podem ser mais apropriados para medir o desempenho das instituições em função de sua contribuição para a consecução das metas estipuladas nas políticas públicas de cultura, que vinha sendo conduzido pelo Ministério da Cultura até o final do ano de 2009, foi posto em segundo plano por motivo de outras prioridades. Nesse ínterim, foi publicado o Decreto 7.133, de 19 de março de 2010 – relativo à regulamentação de "(...) critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das gratificações de desempenho" –, que inseriu mais questões no contexto de debates sobre indicadores de desempenho institucional na área da Cultura. O Decreto fornece as linhas gerais do desenho das avaliações, considerando o processo de convergência entre as avaliações de desempenho individuais, institucionais e das políticas públicas. Está previsto um "plano de trabalho" individual contribuindo para um "plano de trabalho" das unidades, que contribuirão para a execução do "plano/planejamento" da instituição, que, por sua vez, contribuirá para o Ministério da Cultura cumprir o que está no PPA. Desde então, a FCRB, enquanto aguarda a publicação da Portaria Interministerial do MCT e MP relativa à carreira de C&T, vem analisando quais os indicadores que podem ser mais apropriados para medir: o desempenho individual e o alcance das metas individuais; o desempenho do setor/unidade/grupo e o alcance das metas das áreas; e o desempenho da instituição e o alcance das metas institucionais, que deverão "dialogar"/contribuir para o alcance das metas da política de cultura.

Para este Relatório, as ações realizadas na FCRB foram avaliadas pelas metas, e o desempenho da gestão é medido pelo percentual de cumprimento das metas.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

NÃO OCORREU NO PERÍODO

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Tabela 40 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em
R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.330,00	0,00	1.330,00	0,00
2008	242.777,69	0,00	242.777,69	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.001.396,29	43.048,53	846.120,26	112.227,50
2008	1.317.603,49	66.489,48	1.235.189,67	15.924,34
2007	1.375.085,96	90.295,07	1.266.540,89	18.250,00
Observações:				

Fonte: Siafi Operacional

4.2. Análise Crítica

a) de 2007 para 2010 (total: R\$18.250,00)

2007NE900370 – Fundação Euclides da Cunha de Apoio – R\$10.000,00

Do empenho total de R\$100.000,00, destinados à coordenação da elaboração de todos os projetos executivos de engenharia, com vistas à modernização do edifício-sede da FCRB, R\$90.000,00 já foram executados, e os R\$10.000,00 restantes se referem a ajustes no Projeto de Arquitetura (produto final do trabalho iniciado em 2004 com o diagnóstico do edifício), que foram prejudicados em consequência do atraso na conclusão dos projetos executivos de engenharia. A conclusão desse projeto está dependendo da finalização do projeto executivo de elétrica (empenho **2007NE900455**), que foi prorrogada para o 1º trimestre de 2011 e, por consequência, prorrogando a conclusão deste.

2007NE900455 – DSP Comércio e Indústria Eletrônica – R\$8.250,00

Do empenho total de R\$15.000,00, foram inscritos em restos a pagar R\$8.250,00 – trata-se da execução da segunda parte do objeto contratado, referente à apresentação do projeto executivo de elétrica para o edifício-sede. Sua finalização estava prevista inicialmente para 2009, porém o atraso na execução dos outros projetos executivos complementares de engenharia, cujos produtos eram subsídios necessários para a conclusão desse projeto, impossibilitou a execução do empenho em 2009. A empresa, em consequência, acabou por se envolver em outros projetos, o que acabou por atrasar ainda mais a conclusão. Contudo, segundo informado pelo representante da empresa, o projeto será finalmente entregue no 1º trimestre de 2011.

b) de 2008 para 2010 (total; R\$15.924,34)

2008NE900013 – Lima Santos Serviços Ltda – R\$5.260,22

Anulado por meio da 2011 NE000029.

2008NE900444 – CBS Serviços Ltda – R\$10.664,12

Trata-se da fatura relativa ao último mês de prestação de serviço anteriormente à rescisão do contrato. A contratada não apresentou a comprovação das verbas rescisórias, conforme orientação à época, com a IN nº 2/2008, antes da alteração pela IN nº 3/2009 do Ministério do Planejamento.

c) de 2009 para 2010 (total de R\$112.227,50)

2009NE900011 – Light Serviços de Eletricidade S/A – R\$82,05

Trata-se de saldo anulável, a ser realizado em 2011.

2009NE900092 – CBS Serviços Ltda – R\$12.213,40

Recurso destinado ao mês de janeiro de 2009, porém o serviço não foi prestado devido a falta dos funcionários ocupantes dos postos de trabalho, por esses não estarem recebendo seus salários e benefícios. Tal situação levou à rescisão do contrato em 13/02/2009. Considerando que a FCRB não tomou conhecimento de nenhuma reclamação trabalhista até o final do exercício, o empenho deverá ser anulado em 2011, após consulta à Assessoria Jurídica da FCRB.

2009NE900225 – Light Serviços de Eletricidade S/A – R\$11.499,33

Anulado por meio da 2011 NE000030.

2009NE900236 – Realeza Serviços e Consultoria Ltda – R\$14.503,20

Trata-se da fatura relativa ao último mês de prestação de serviço anteriormente à rescisão do contrato. A contratada não apresentou a comprovação das verbas rescisórias, conforme orientação à época, com a IN nº 2/2008, antes da alteração pela IN nº 3/2009 do Ministério do Planejamento.

2009NE900432 – Empresa Brasileira dos Correios – R\$1.244,94

Anulado por meio da 2011 NE000031.

2009NE900475 – Brasa Digital – R\$ 2.616,50

Trata-se de saldo anulável, a ser realizado em 2011

2009NE900506 - Real Soluções - R\$183,00

Anulado por meio da 2011 NE000032.

2009NE900373 - Garcia Engenharia Ltda – R\$ 57.709,30

O Serviço foi concluído pela empresa, porém a equipe do Centro de Memória e Informação, responsável pela gestão da reforma está analisando a documentação final apresentada, previamente ao atesto da fatura.

2009NE900525 - Garcia Engenharia Ltda – R\$14.763,48

Refere-se ao Termo aditivo ao empenho **2009NE900373**.

2009NE900546 - CCS Valente Comércio – R\$202,50

Anulado por meio da 2011 NE000033.

5. Informações sobre recursos humanos da unidade

A Fundação Casa de Rui Barbosa encontra-se numa situação muito crítica no que diz respeito aos seus recursos humanos. Situação descrita em ofícios encaminhados anualmente ao Ministério da Cultura para apreciação e posterior envio ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando tanto a ampliação do quantitativo de cargos quanto a autorização para a realização de concursos com vistas ao provimento dos cargos vagos.

Hoje, temos a situação agravada, com serviços na iminência de serem totalmente comprometidos, como é o caso das bibliotecas, do museu casa da Fundação e de alguns setores da administração, em decorrência de um acentuado número, nos últimos três anos, de aposentadorias e a não reposição dos quadros. A desmobilização das equipes especializadas responsáveis pela gestão, preservação e divulgação desses bens culturais vem prejudicando o cumprimento dessa missão e ameaçando a manutenção de serviços e o acesso pleno a esses acervos.

O único concurso para provimento de cargos integrantes da Carreira de Ciência e Tecnologia no Quadro de Pessoal da Fundação Casa de Rui Barbosa foi realizado em 2002. Já se passaram **nove anos sem recomposição de sua força de trabalho**. Além de ter muitas atividades prejudicadas pela falta de pessoal, há a perda da memória institucional, por ter vazios geracionais de servidores.

Na sequência, apresentaremos a situação de vínculo atual, a projeção de aposentadorias para os próximos anos, o recorte por faixas etárias do quadro de pessoal, a evolução da força de trabalho nos últimos anos, a distribuição da força de trabalho por coordenações-gerais, o quadro de terceirizados e a proposta de expansão do número de cargos efetivos.

Cabe ressaltar que a ampliação do quantitativo de cargos da carreira de C&T é uma reivindicação antiga (Ofício/P/FCRB/nº 138/2002), que se torna imprescindível para a nova estrutura da FRCB (conforme Ofício 140/2010 P-FCRB, de 24 de maio de 2010), proposta em andamento na Diretoria de Gestão Estratégica, no processo de reestruturação das vinculadas do Ministério da Cultura, com vistas a atender as novas políticas públicas de cultura.

A seguir apresentamos a dotação de cargos efetivos de C&T da FCRB, a situação de vínculo atual, ou seja, os cargos ocupados e o quantitativo de cargos livres, para provimento por meio de concurso público:

Quadro 5 – Quantidade de Cargos da FCRB – Siape – dezembro/2010

CARREIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - LEI Nº 9.557, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1997				
Cargo	Escolaridade (NM/ NS)	Quantidade de cargos no quadro efetivo	Quantidade de cargos ocupados no SIAPE	Total Geral de cargos livres para concurso em dezembro de 2010
PESQUISADOR	NS	29	26	3
TECNOLOGISTA	NS	27	17	10
ANALISTA EM C&T	NS	25	18	7
TÉCNICO EM C&T	NI	22	17	5
ASSISTENTE EM C&T	NI	20	15	5
AUXILIAR TÉCNICO EM C&T	NA	2	2	0
AUXILIAR EM C&T	NA	2	2	0
TOTAL		127	97	30

Fonte: SIAPE consulta em janeiro de 2011.

Como pode ser visto, são **30 cargos livres**, sendo 3 de pesquisador, 10 de tecnologista, 7 de analista em C&T, 5 de técnico e 5 de assistente em C&T. Esse número representa **23,62%** do total de postos efetivos da FCRB.

São 97 servidores ativos, sendo **22 com abono permanência**, que podem solicitar a aposentadoria a qualquer momento. Isso significa que a FCRB pode ter uma baixa imediata de 22 profissionais, ficando o seu quadro de pessoal com 75 servidores.

E nos próximos cinco anos, há previsão de mais aposentadorias. Se não houver reposição por meio de concurso, em 2015, o percentual de cargos livres somados aos aposentáveis sobre o total dotação será de **59,06%**, ou seja, mais da metade dos servidores. Inviabilizaria o funcionamento da Instituição, conforme ilustramos a seguir.

Quadro 6 – Previsão de aposentadorias - 2011 a 2015 – situação dezembro/2010

CARREIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - LEI Nº 9.557, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1997											
Cargo	Total de cargos-dotação	Quantidade ativos	Total Geral de cargos livres para concurso em dezembro de 2010	Servidores com Abono Permanência 2010*	Previsão aposentadoria 2011	Previsão aposentadoria 2012	Previsão aposentadoria 2013	Previsão aposentadoria 2014	Previsão aposentadoria 2015	TOTAL (abono perm.+ previsões aposent.)	Percentual de cargos livres + aposentáveis /total dotação
PESQUISADOR	29	26	3	7	2	1	1	0	1	12	51,72%
TECNOLOGISTA	27	17	10	3	0	1	1	0	4	9	70,37%
ANALISTA C&T	25	18	7	5	3	1	0	1	0	10	68,00%
TÉCNICO C&T	22	17	5	3	1	0	1	0	1	6	50,00%
ASSISTENTE C&T	20	15	5	4	2	1	1	0	0	8	65,00%
AUX. TÉCNICO C&T	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
AUXILIAR C&T	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
TOTAL	127	97	30	22	8	4	4	1	6	45	59,06%

* Os servidores com Abono Permanência podem se aposentar a qualquer momento. Por isso não estão contados nas previsões de aposentadorias anuais.

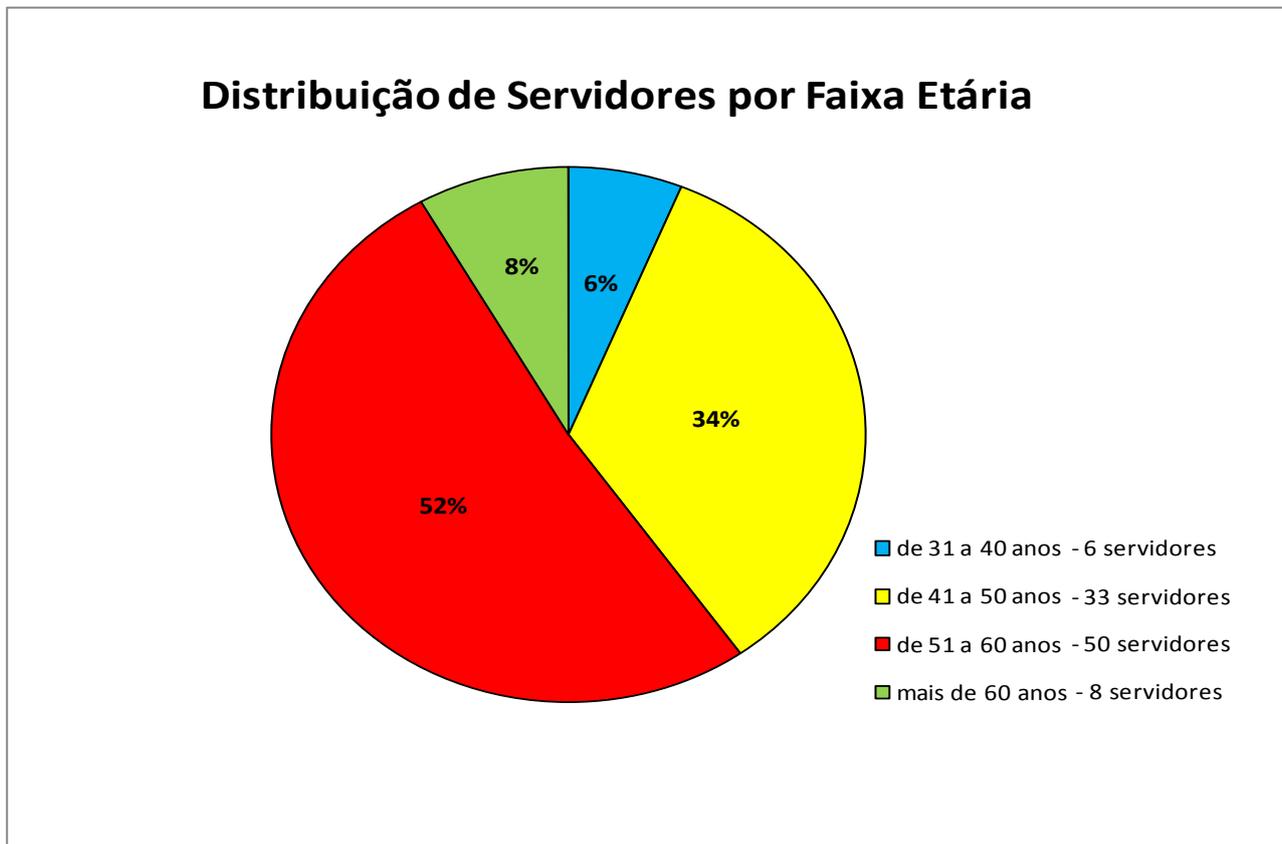
Além da drástica redução, nos últimos anos, de cargos ocupados do quadro funcional, a FCRB tem sua força de trabalho de efetivos “**envelhecida**”. A concentração etária está na **faixa de 51 a 60 anos**, com **50 servidores** dos 97 ativos, isto é mais da metade. Não há um profissional com menos de 31 anos, como pode ser verificado no Quadro 7.

Quadro 7 – Recorte por Faixas Etárias do Quadro de Servidores Ativos da FCRB – dezembro/2010

CARREIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - LEI Nº 9.557, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1997									
Cargo	Total de cargos-dotação	Quantidade ativos	Sexo		Grupos de Idade (Faixa Etária)				
			Feminino	Masculino	até 30 anos	de 31 a 40 anos	de 41 a 50 anos	de 51 a 60 anos	mais de 60 anos
PESQUISADOR	29	26	16	10	0	2	7	12	5
TECNOLOGISTA	27	17	12	5	0	1	5	11	0
ANALISTA C&T	25	18	9	9	0	0	6	10	2
TÉCNICO C&T	22	17	6	11	0	1	9	7	0
ASSISTENTE C&T	20	15	6	9	0	2	3	9	1
AUX. TÉCNICO C&T	2	2	0	2	0	0	1	1	0
AUXILIAR C&T	2	2	0	2	0	0	2	0	0
TOTAL	127	97	49	48	0	6	33	50	8

Obs: Adotou-se o recorte por faixa etária utilizado no Boletim Estatístico de Pessoal – janeiro de 2010.

Gráfico 1 - Distribuição de Servidores por Faixa Etária



No Quadro 8, o demonstrativo da evolução da situação da força de trabalho nos últimos cinco anos reforça o quadro crítico relatado nesse documento. Somente dois ingressos, por redistribuição, sendo um em 2007 e outro em 2009. Houve duas exonerações, duas vacâncias e várias aposentadorias.

Quadro 8 – Demonstrativo da Evolução da Força de Trabalho nos Últimos Cinco Anos – dezembro/2010

Demonstrativo da evolução da situação da força de trabalho nos últimos cinco anos-dezembro de 2010								
Órgão: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA								
CARREIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - LEI Nº 9.557, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1997								
ANO	CARGO	NÍVEL	SALDO INICIAL	INGRESSOS	SAÍDAS			SALDO FINAL
					Aposentadorias	Exonerações	Outras vacâncias*	
2006	PESQUISADOR							
	TECNOLOGISTA							
	ANALISTA EM C&T							
	TÉCNICO							
	ASSISTENTE C&T							
	AUX. TÉCNICO C&T							
	AUXILIAR C&T							
2007	PESQUISADOR							
	TECNOLOGISTA							
	ANALISTA EM C&T	SUPERIOR		1				
	TÉCNICO							
	ASSISTENTE C&T							
	AUX. TÉCNICO C&T							
	AUXILIAR C&T							
2008	PESQUISADOR							
	TECNOLOGISTA				2			
	ANALISTA EM C&T				1	1		
	TÉCNICO							
	ASSISTENTE C&T				3			
	AUX. TÉCNICO C&T							
	AUXILIAR C&T							
2009	PESQUISADOR				1			
	TECNOLOGISTA				2			
	ANALISTA EM C&T	SUPERIOR		1				
	TÉCNICO				1	1	1	
	ASSISTENTE C&T							
	AUX. TÉCNICO C&T							
	AUXILIAR C&T							
2010	PESQUISADOR							
	TECNOLOGISTA				3		1	
	ANALISTA EM C&T				4			
	TÉCNICO				1			
	ASSISTENTE C&T				2			
	AUX. TÉCNICO C&T							
	AUXILIAR C&T							

* dispostas no art. 33 da Lei nº 8.112/90

No Quadro 9, apresentamos a distribuição da força de trabalho por Coordenação-Geral/equivalentes. Além do quantitativo aquém das necessidades da FCRB, a área meio, responsável pela administração, é a que se encontra mais deficitária.

Quadro 9 – Distribuição da Força de Trabalho por Coordenação-Geral – dezembro/2010

Distribuição da força de trabalho por Coordenação-Geral (para Autarquias ou Fundações)-dezembro de 2010							
Órgão: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA							
CARREIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - LEI Nº 9.557, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1997							
UNIDADE	QUADRO EFETIVO		CARGOS EM COMISSÃO SEM VÍNCULO	REQUISITADOS	TERCEIRIZADOS ¹	TEMPORÁRIOS ²	TOTAL
Presidência	PESQUISADOR	1	2	2	0	0	8
	TECNOLOGISTA						
	ANALISTA EM C&T	1					
	TÉCNICO						
	ASSISTENTE C&T	2					
	AUX. TÉCNICO C&T						
DDC (Divisão)	PESQUISADOR		0	0	0	0	5
	TECNOLOGISTA	2					
	ANALISTA EM C&T						
	TÉCNICO	2					
	ASSISTENTE C&T						
	AUX. TÉCNICO C&T	1					
Centro de Pesquisa	PESQUISADOR *	22	4	0	0	0	39
	TECNOLOGISTA	1					
	ANALISTA EM C&T	6					
	TÉCNICO	5					
	ASSISTENTE C&T	1					
	AUX. TÉCNICO C&T						
Centro de Memória e Informação	PESQUISADOR	3	2	0	0	0	37
	TECNOLOGISTA	14					
	ANALISTA EM C&T	3					
	TÉCNICO	8					
	ASSISTENTE C&T	5					
	AUX. TÉCNICO C&T	1					
Coordenação-Geral e Planejamento e Administração	PESQUISADOR		2	1	0	0	21
	TECNOLOGISTA						
	ANALISTA EM C&T	8					
	TÉCNICO	2					
	ASSISTENTE C&T	7					
	AUX. TÉCNICO C&T						
TOTAL		97	10	3	0	0	110

* Apesar de estar no quantitativo do CP, um pesquisador está cedido para outra instituição.

1. Número de terceirizados que estão em desacordo com o Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997.

2. Número de temporários contratados com base na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Quadro 10 – Distribuição da Força de Trabalho por Áreas

Distribuição da força de trabalho por Áreas											
Órgão: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA											
CARRERA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - LEI Nº 9.557, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1997											
UNIDADE	QUADRO EFETIVO									total	
Presidência	PESQUISADOR	1									
	TECNOLOGISTA										
	ANALISTA EM C&T	1									
	TÉCNICO										
	ASSISTENTE C&T	2									
	AUX. TÉCNICO C&T										
	AUXILIAR C&T										
	total	4								4	
DDC (Divisão)	PESQUISADOR										
	TECNOLOGISTA	2									
	ANALISTA EM C&T										
	TÉCNICO	2									
	ASSISTENTE C&T										
	AUX. TÉCNICO C&T	1									
	AUXILIAR C&T										
	total	5								5	
Centro de Pesquisa	departamentalização		Diretoria	Serviço Pesquisa Ruiana	Serviço Pesquisa em História	Serviço Pesquisa em Direito	Serviço Pesquisa em Filologia	Serviço Pesquisa em Política Cultural	Serviço Editoração	total	
	PESQUISADOR *	22		4	9	4	4	1		22	
	TECNOLOGISTA	1			1					1	
	ANALISTA EM C&T	6	2					1	3	6	
	TÉCNICO	5	2	1	1				1	5	
	ASSISTENTE C&T	1						1		1	
	AUX. TÉCNICO C&T	0								0	
	AUXILIAR C&T	0								0	
		total	35	4	5	11	4	4	3	4	35
	Centro de Memória e Informação	departamentalização		Diretoria	Divisão Museu	Divisão Arquivo-Museu de Literatura Brasileira	Serviço Arquivo	Serviço Preservação	Serviço Biblioteca		total
PESQUISADOR		3	1		2					3	
TECNOLOGISTA		14	1	3	3	2	3	2		14	
ANALISTA EM C&T		3		1		2				3	
TÉCNICO		8		1		4	2	1		8	
ASSISTENTE C&T		5	1	4						5	
AUX. TÉCNICO C&T		1					1			1	
AUXILIAR C&T		1		1						1	
	total	35	3	10	5	8	6	3	35		
Coordenação-Geral e Planejamento e Administração	departamentalização		Coordenação-Geral	Serviço de Informática	Serviço de Administração de Recursos Humanos	Serviço de Administração de Serviços Gerais	Serviço de Execução Orçamentária e Financeira			total	
	PESQUISADOR									0	
	TECNOLOGISTA									0	
	ANALISTA EM C&T	8	2	1	2	1		2		8	
	TÉCNICO	2		1		1				2	
	ASSISTENTE C&T	7			1	5		1		7	
	AUX. TÉCNICO C&T									0	
	AUXILIAR C&T	1				1				1	
	total	18	2	2	3	8	3	3	18		
TOTAL		97								97	

* Apesar de estar no quantitativo do CP, um pesquisador está cedido para outra instituição.

No Quadro 11, apresentamos a proposta de **criação de cargos da carreira de Ciência e Tecnologia** para expansão da dotação do quadro de pessoal da Fundação Casa de Rui Barbosa. Com vistas ao seu fortalecimento institucional, a FCRB está, em conjunto com o Ministério da Cultura, trabalhando na reestruturação organizacional. A ampliação do quadro de cargos efetivos é estratégica para a nova configuração da FCRB, que já está em consonância com o contexto de consolidação de instrumentos nacionais de políticas culturais, tais como o **Plano Nacional de Cultura** e o **Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais** (Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010), o **Sistema Nacional de Cultura** (PEC nº 416/2005) e o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – **Procultura** (PL nº 6.722/2010).

Quadro 11 – Quantidade de Cargos da FCRB – Siape – maio/2010

CARREIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - LEI Nº 9.557, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1997						
Cargo	Escolaridade (NM/NS)	Total de cargos efetivos do quadro de servidores	Quantidade ativos	Total de cargos vagos para concurso	Dotação ideal para a nova estrutura	Quantitativo de cargos a serem criados
PESQUISADOR	NS	29	26	3	40	11
TECNOLOGISTA	NS	27	17	10	77	50
ANALISTA EM C&T	NS	25	18	7	81	56
TÉCNICO EM C&T	NI	22	17	5	24	2
ASSISTENTE EM C&T	NI	20	15	5	89	69
AUXILIAR TÉCNICO EM C&T	NA	2	2	0	0	0
AUXILIAR EM C&T	NA	2	2	0	0	0
TOTAL		127	97	30	311	188

Por fim, apresentamos o quantitativo da força de trabalho da FCRB, nos últimos quatro anos, que não pertence ao corpo de servidores.

Quadro 12 – Força de Trabalho Fora do Quadro Próprio (terceirizados e estagiários)

Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades		Estagiários	
	Ano	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	
	2007	37	53	NA	NA	24		
	2008	37	53	NA	NA	14		
	2009	35	50	NA	NA	17		
	2010	42	46	NA	NA	15		

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Tabela 41 – Composição do Quadro de Recursos Humanos - situação em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos		Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010*
		Autorizada	Efetiva		
1	Provimento de cargo efetivo	127	81		11
1.1	Membros de poder e agentes políticos				
1.2	Servidores de Carreira		80		08
1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	127	79		08
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado		1		
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3	Servidores com Contratos Temporários				
1.4	Servidores Cedidos ou em Licença		1		
1.4.1	Cedidos		1		
1.4.2	Removidos				
1.4.3	Licença remunerada				
1.4.4	Licença não remunerada				
2	Provimento de cargo em comissão	29	29		03
2.1	Cargos Natureza Especial				
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior	26	26		03
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		14		03
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas		2		
2.2.4	Sem vínculo		5		
2.2.5	Aposentado		5		
2.3	Funções gratificadas	3	3		
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		3		
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas				
3	Total	156	110		11

Fonte: SARH/FCRB

* 10 aposentadorias e 1 falecimento

Tabela 42 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo		5	24	43	9
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira		4	24	43	9
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		1			
2. Provedimento de cargo em comissão	1	4	10	10	4
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	3	8	10	4
2.3. Funções gratificadas		1	2		

Fonte: SARH/FCRB

Tabela 43 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - situação em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provedimento de cargo efetivo				5	6	3	33	13	21	
1.1. Membros de poder e agentes políticos										
1.2. Servidores de Carreira				5	6	3	33	13	20	
1.3. Servidores com Contratos Temporários										
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									1	
2. Provedimento de cargo em comissão					2	5	11	5	6	
2.1. Cargos de Natureza Especial										
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	5	9	5	6	
2.3. Funções gratificadas					1		2			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada

Fonte: SARH/FCRB

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Tabela 44 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - situação em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	39	10
1.1 Voluntária	36	10
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente	3	
1.4 Outras		
2 Proporcional	44	
2.1 Voluntária	42	
2.2 Compulsório	2	
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

Fonte: Siape

Tabela 45 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - situação em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	8	1
2. Proporcional		

Fonte: Siape

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

Tabela 46 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	14	14	15	15	
Área Fim	13	13	14	14	85.200,12
Área Meio	1	1	1	1	
Nível Médio	1	1	1	1	
Área Fim	1	1	1	1	4.220,00
Área Meio					

Fonte: Siape/Siafi

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos

Tabela 47 – Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	9.464.002,47	0,00	778.275,77	282.509,70	0,00	236.528,16	64.218,86	10.825.534,96
2009	11.624.562,83	0,00	814.915,97	303.484,52	0,00	244.095,82	39.468,16	13.026.527,30
2010	11.579.109,50	0,00	727.140,61	277.049,13	0,00	302.440,19	54.207,73	12.939.947,16
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	1.520.177,04	797.142,61	214.731,39	57.031,28	17.799,99	20.783,24	0,00	2.627.665,55
2009	1.739.539,83	856.899,69	238.478,53	83.586,97	26.185,65	93.183,64	0,00	3.037.874,31
2010	1.775.369,74	882.716,92	225.438,24	92.981,56	42.813,95	51.379,84	0,00	3.070.700,25
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	65.749,80	9.718,68	8.607,90	1.916,08	0,00	0,00	0,00	85.992,46
2009	129.381,26	11.086,66	14.116,56	3.976,63	0,00	0,00	0,00	158.561,11
2010	144.385,88	15.156,36	14.376,91	4.792,30	0,00	0,00	0,00	178.711,45

Fonte: Siape/Siafi

5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Tabela 48 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Casa de Rui Barbosa													
UG/Gestão: 344001/34201							CNPJ: 42.519.488/0001-08						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	64/2010	00.570.566/0001-59	30/09/10	29/09/11	25	25					A
2008	L	O	1/2008	05.576.482/0001-46	4/03/08	15/10/11	12	12					P
2006	L	O	5/2006	02.566.106/0001-82	9/05/06	8/05/11	5	5					P
Observação: NÃO SE APLICA													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: CGPA

Tabela 49 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Casa de Rui Barbosa													
UG/Gestão: 344001/34201						CNPJ: 42.519.488/0001-0							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	7	O	21/2009	00.869.125/0001-52	16/07/2009	10/06/2011			2	2			P
2007	1	O	6/2007	06.090.065/0001-51	04/06/2007	03/06/2011			15	15			P
2007	1	O	7/2007	06.090.065/0001-51	04/06/2007	03/06/2011			5	5			P
2007	1	O	9/2007	03.345.277/0001-44	04/06/2007	03/06/2011			5	5			P
2007	3	O	29/2007	03.345.277/0001-44	21/12/2007	20/12/2011	1	1					P
2010	1	O	65/2010	08.284.452/0001-54	04/10/2010	03/10/2011	11	11	2	2			A
2009	2	O	46/2009	08.284.452/0001-54	12/11/2009	11/11/2011	4	4	1	1			P

Observação:
NÃO SE APLICA

LEGENDA
Área:
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
 3. Serviços de Copa e Cozinha;
 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
 5. Serviços de Brigada de Incêndio;
 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
 7. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: ATP e CGPA

Tabela 50 – Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
21/2009	7	2	CGPA
6/2007	1	15	CMI (11), CGPA (3), CP (1), GAB (1)
7/2007	1	5	GAB (2), CMI (1), CP(1) e CGPA (1)
9/2007	1	5	CGPA (3) e CMI (2)
29/2007	3	1	GAB
65/2010	1	13	CGPA (4), CMI (9)
46/2009	2	5	CGPA (4), CMI (1)
64/2010	8	25	CGPA (13), CMI (12)
1/2008	7	12	CGPA (8), CMI (4)
5/2006	7	5	CMI (5)

LEGENDA
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.

Fonte: CGPA

5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Apesar de o setor ter razoável controle estatístico, não houve até o momento a definição precisa dos indicadores para essa área, nem a metodologia a ser aplicada. Existe uma grave carência de pessoal na FCRB e no setor, que conta com apenas dois servidores envolvidos nas tarefas de rotina, limitando o trabalho de planejamento nessa área (V. também comentário da tabela 26 e item 5).

Entretanto, foi constituída uma comissão que elaborou uma proposta para avaliação individual para obtenção da Gratificação de Desempenho da Carreira de Ciência e Tecnologia (GDACT), com um formulário que fixa, por classe, critérios de avaliação que abordam assuntos tais como: atingimento das metas individuais, colaboração com a equipe, produtividade, publicações científicas, competência técnica, organização, capacidade de inovação, organização, entre outros. A conclusão desse processo está na dependência da publicação de uma portaria interministerial (conforme prevê a lei da carreira de C&T) entre Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Planejamento, que estabelecerá os critérios e procedimentos específicos.

Listamos abaixo algumas das principais atividades de rotina do setor:

- controle mensal de presença dos servidores;
- estudo demográfico contínuo dos servidores, incluindo os ativos, inativos, pensionistas, os com abono permanência e iminência de aposentadoria;
- elaboração de boletim interno mensal com todas as informações relativas a férias, licença médica, afastamento e concessão de diárias;
- Elaboração da folha de pagamento mensal;
- Controle e guarda das pastas funcionais dos servidores;
- Elaboração de ordens de serviço;
- Elaboração de planos de trabalho para contratação de cursos para capacitação de servidores;
- Atendimento individual a servidores, aposentados e pensionistas
- Acompanhamento da avaliação dos servidores
- Fiscalização mensal da correta aplicação do benefício saúde recebido para obtenção de ressarcimento

6. Informação sobre as transferências mediante convênio

6.1. Transferências efetuadas no exercício

6.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

NÃO OCORREU NO PERÍODO

6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Tabela 51 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Fundação Casa de Rui Barbosa						
CNPJ: 42.519.488/0001-08				UG/GESTÃO: 344001/34201		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	1			28.750,00	17.494,96	0,00
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	1	0	0	28.750,00	17.494,96	0,00

Fonte: Siafi Operacional

6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

NÃO OCORREU NO PERÍODO

6.1.4. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Tabela 52 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Casa de Rui Barbosa					
CNPJ: 42.519.488/0001-08			UG/GESTÃO: 344001/34201		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	1	
			Montante Repassado (R\$)	17.494,96	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2009	Contas prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado (R\$)		28.750,00	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2008	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			

Fonte: Siafi Operacional

6.1.5. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios

Tabela 53 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios

Valores em
R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Casa de Rui Barbosa					
CNPJ: 42.519.488/0001-08			UG/GESTÃO: 344001/34201		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Quantidade de contas prestadas		1	17.494,96	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	17.494,96
			Quantidade Reprovada		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE		
Quantidade					
		Montante repassado (R\$)			
2009	Quantidade de contas prestadas		1	28.750,00	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	28.750,00	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2008	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

Fonte: Siasfi Operacional

Em 2010, não houve transferência de recursos por meio de convênio. O último convênio firmado pela FCRB foi em 2008, e não temos registro de inadimplência nesses três últimos exercícios. Acrescentamos que as liberações de recursos tiveram um decréscimo: as liberações em 2009 representam 60,85% das liberações de 2008.

7. Declaração de registros atualizados no Siasg e no Siconv

Anexo I

8. Declaração da área de Recursos Humanos da UJ sobre a entrega das declarações de bens e rendas

Anexo II

9. Informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Tabela 54 – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura					X
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho					X
Considerações gerais: A metodologia utilizada para análise dos quesitos deste quadro foi composta da observação da rotina administrativa e da comparação entre os resultados esperados e alcançados. Para o preenchimento foram reunidas as seguintes áreas estratégicas: Diretoria Executiva, Coordenação Geral de Planejamento e Administração e Auditoria Interna.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras

Estão sendo aplicados, principalmente, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no *Guia Prático de Licitações Sustentáveis* do NAJ/SP/AGU, que leva em consideração os critérios previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010. Exemplos:

- Contrato de dedetização – Exigência de utilização de produtos registrados no órgão competente, exigência de descarte adequado, exigência de uso de EPI para os empregados que aplicarão os produtos, exigência de registro e regularidade da empresa contratada no Cadastro Técnico Federal do Ibama, etc.

- Permissão Onerosa de Uso de Espaço para funcionamento de Cafeteria e Livraria – Exigência de destinação adequada dos produtos recicláveis, exigência de utilização de produtos que atendam exigências mínimas com relação a ruídos e eficiência energética, etc.

Na medida em que surgem as necessidades de contratação, são exigidos os critérios de sustentabilidade ambiental pertinentes. A implantação desses critérios está sendo realizada paulatinamente, dependendo ainda de capacitação do corpo técnico da FCRB.

Os critérios de sustentabilidade ambiental começaram a ser aplicados na FCRB e em suas contratações a partir de setembro de 2010, ocasião em que houve O Dia Nacional de Capacitação dos Gestores Públicos. Ocorre que, a partir desse evento, não houve muitas oportunidades de implantar referidos critérios de sustentabilidade ambiental nesta Fundação. Muitas contratações foram realizadas antes dessa data. O fato de ter havido respostas negativas a vários itens deste relatório não significa que a Fundação não tem a intenção de aplicar os critérios de sustentabilidade ambiental neles previstos. Infelizmente, a falta de servidores, com capacitação inclusive, a falta de orçamento e a falta de estrutura como um todo prejudicam a implantação desses critérios de sustentabilidade ambiental.

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Tabela 55 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. - Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. - Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). - Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). - Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. - Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). - Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. - Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. - Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais: Respondido pela CGPA com o apoio da Assessoria Jurídica no que tange aos editais e contratos formulados.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ

11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Tabela 56 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
		2009	2010
Brasil	Rio de Janeiro	4	4
	Rio de Janeiro	4	4
Subtotal Brasil		4	4
Exterior	País 1	-	-
	Subtotal Exterior	-	-
Total (Brasil + Exterior)		4	4

Fonte: Spiunet

Tabela 57 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		2009	2010
Brasil	Rio de Janeiro	1	1
	Rio de Janeiro	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Exterior	País 1	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Spiunet

Tabela 58 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no Exercício		
				Valor Histórico R\$	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel R\$	Instalações R\$	
344001 (estacionamento)	6001.02642.500-0;	21	3	3.314.735,82	28/12/2008	-	79.450,00	-	
344001 (Museu)	6001.02370.500-1	21	3	22.771.978,29	28/12/2008	-	40.674,00	3.870,83	
344001 (edifício-sede)	6001.02371.500-7	21	3	10.654.743,59	28/12/2008	-	75.292,34	107.600,98	
344001 (rua Assunção)	6001.04358.500-1	23	6	600.000,00	27/12/2008	-	-	-	
Total								195.416,34	111.471,81

Fonte: Spiunet / Siafi

As instalações da FCRB compreendem quatro imóveis:

- Museu Casa de Rui Barbosa
- Garagem (estacionamento)
- Edifício-sede Américo Jacobina Lacombe
- Casa localizada na rua Assunção, 510 – Botafogo (vizinha ao edifício-sede)

Os valores históricos atribuídos no Spiunet são originários da seguinte metodologia, conforme informado pelo responsável pela área de patrimônio:

“Senhor Coordenador.

A avaliação dos imóveis é calculada da seguinte maneira:

01 - Área do terreno x valor do metro quadrado,

valor do metro quadrado fornecido pela prefeitura, carnê do IPTU;

02 – área construída x CUB,

valor do CUB fornecido pelo Sindicato da Construção, Sinduscon, estadual.

Avaliação = item 01 + item 02

Método de avaliação conforme Manual do SPIUnet.

Atenciosamente,

Carlos Alberto de Araujo”

O museu, a garagem e o edifício-sede fazem parte do complexo arquitetônico da FCRB, construído numa área de aproximadamente 9.000m². No museu, além de todo o acervo de Rui Barbosa e de uma biblioteca infantil, trabalham a equipe de museólogos e funcionários da área administrativa específica dessa unidade da Fundação. No edifício-sede funciona a estrutura administrativa geral da FCRB, destinado também à guarda e preservação do acervo histórico e literário, além de abrigar eventos científicos e artísticos no auditório e na sala de cursos.

No final de 2008 foi adquirida a primeira das três casas vizinhas ao edifício-sede, pela rua Assunção, como parte do projeto de expansão da área edificada. Essa casa é geminada a outra, que é lindeira ao edifício-sede, e ambas estão em estado precário, necessitando de reforma para uso laborativo. Estamos em tratativas para aquisição das duas casas faltantes, tendo sido solicitado orçamento suplementar em 2010 para a compra da segunda (ação malograda) e contemplado orçamento para a terceira casa na proposta para o PLOA2011. Tão logo o processo da aquisição dessas três casas esteja concluído, será construído um edifício nessa área, a ser destinado às atividades finalísticas da instituição. Assim sendo, não cabe ainda a realização de reforma, nem é possível o uso operacional dessa casa.

Em virtude da falta de espaço físico para armazenagem e gestão de materiais, mobiliário, estocagem de livros impressos pela Editora da FCRB e serviços eventuais da área finalística, tornou-se necessária a locação de um imóvel, em condições adequadas, localizado em área próxima à FCRB, por questões de ordem logística, o que tem sido de grande valia, pelo suporte que vem prestando às atividades da instituição.

Já o Museu, o edifício-sede e a garagem foram objeto de ações de reforma, adequação e sinalização, além dos serviços continuados de manutenção, necessários aos seus respectivos funcionamentos. O total gasto nessas ações somou R\$306.888,15 (vide tabela 58).

Destacamos nos gastos com os imóveis, a realização da 1ª etapa do projeto de sinalização do estacionamento, proporcionando melhor acessibilidade a portadores de necessidades especiais e maior segurança a motoristas e pedestres; a reparação da torre do sistema de ar condicionado central do edifício-sede; a modernização da central telefônica; a reforma dos portões de entrada do museu e a reconstrução do muro lateral do jardim, que foi derrubado pelas fortes chuvas de verão.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Tabela 59 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI	05				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço		X			
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ	75%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações gerais: Realizado em conjunto pela Coordenação geral de Planejamento e Administração e pelo Serviço de Informática					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. Informações sobre cartões de pagamento do Governo Federal

13.1. Despesa com cartão de crédito corporativo

Tabela 60 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1: 344001		Limite de Utilização da UG: 30.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Sidnei Alves dos Santos	736.338.527/00	10.000,00	382,80	2.289,09	2.671,89
Marilan Borges Caldas	035.674.487/65	10.000,00	0,00	2.988,17	2.988,17
Carlos Alberto de Araújo	431.263.247/20	5.000,00	0,00	784,30	784,30
Ana Amélia Jobim Rodrigues	663.326.057/15	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Total utilizado pela UG			382,80	6.061,56	6.444,36
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ			382,80	6.061,56	6.444,36

Fonte: Siafi Operacional

Tabela 61 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (série histórica)

Valores em
R\$1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2008	0		0		
2009	0		17	2.927,64	2.927,64
2010	1	382,80	46	6.061,56	6.444,36

Fonte: Siafi Operacional

14. Informações sobre Renúncia Tributária

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

15. Informações sobre providências para atender às deliberações do TCU e da CGU

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

NÃO OCORREU NO PERÍODO

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

NÃO OCORREU NO PERÍODO

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

NÃO OCORREU NO PERÍODO

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

NÃO OCORREU NO PERÍODO

16. Informações sobre recomendações realizadas pela unidade de controle interno da UJ

Tabela 62 – Relatório de Auditoria Interna – Execução de Contrato

Recomendações da Auditoria Interna	Providências adotadas pelo Gestor do Contrato e pelo Coordenador-Geral de Planejamento e Administração; Análise da Auditoria Interna	Posição da Auditoria Interna
<p><u>Item 6 do Relatório de Auditoria Interna</u></p> <p>6. Constatou-se na Folha de Pagamento do mês de Julho/2009, constante no Processo Administrativo nº 074/2006-80, fls. 21, que a empresa efetuou o desconto de dois dias de faltas do Técnico de Suporte William Parreira dos Santos, entretanto a Nota Fiscal de Serviços nº 505, referente aos serviços prestados no mês de julho (15 dias), no valor de R\$ 1.955,50, não sofreu nenhuma glosa.</p> <p>Recomendação: que seja efetuada a glosa na próxima nota fiscal/fatura a ser paga, proporcional ao serviço que não foi utilizado, conforme estipulado no parágrafo 6º do artigo 36 e no subitem 2.2 do Anexo IV da IN/SLTI/MP nº 02/2008, <i>in verbis</i>: (...)</p>	<p>Providência adotada pelo Gestor do Contrato: encaminhamento das respostas da empresa Calma Informática Ltda. à Auditoria Interna, bem como realização de reunião com o Preposto da empresa, com a participação desta Auditoria Interna.</p> <p>Resposta da empresa Calma Informática Ltda., datada de 01/10/2010: <i>Reconhecemos que houve uma falha em nosso controle interno, porém não se trata de 2 faltas conforme mencionado no referido relatório. O profissional foi descontado no valor de R\$22,73, relativo a um dia de falta (salário de R\$681,78 dividido por 30 dias) apurado no mês de julho/2009, conforme folha de pagamento em anexo. Desta forma, o dia de falta do técnico de suporte William Parreira dos Santos será descontado na próxima fatura referente ao mês de setembro de 2010.</i></p> <p>Resposta da empresa Calma Informática Ltda., datada de 08/02/2011: <i>Gostaríamos de informar que houve um equívoco nos cálculos apresentados pela auditoria desta Fundação, pois o valor mensal da prestação de serviços na ocasião da ocorrência (julho/2009) era de R\$ 1.955,50 ao invés dos R\$ 2.072,53 mencionados no referido Ofício. Desta forma, os R\$ 65,18 descontados na NF-e 46 equivalem ao valor de R\$ 1.955,50 divididos por 30.</i></p> <p>Análise da Auditoria Interna: após análise das respostas da empresa Calma Informática Ltda., informamos o seguinte:</p> <p>a) ficou esclarecido que a empresa efetuou o desconto de apenas um dia de falta do Técnico de Suporte William Parreira dos Santos;</p> <p>b) o valor de R\$ 2.072,53 informado à empresa, pelo Serviço de Informática, por meio do Ofício nº 20/SINF/CGPA/FCRB/2011, de 26/01/2011 não está correto, considerando que, em julho/2009, o valor mensal do contrato era de R\$ 3.911,00 – R\$ 1.955,50 para cada Posto, e um dia de serviço do Posto custava, na ocasião, o valor de R\$ 65,18;</p> <p>c) a empresa efetuou o desconto na fatura do mês de setembro/2010, do valor de R\$ 65,18, correspondente a um dia de serviço de um Posto conforme Nota Fiscal Eletrônica nº 00000046, de 01/10/2010, fls. 284 do</p>	<p>Recomendação implementada</p>

	Processo Administrativo nº 074/2006-80.	
<p>Item 7 do Relatório de Auditoria Interna 7. Verificou-se na Folha de Pagamento do mês de Fevereiro/2010, constante no Processo Administrativo nº 074/2006-80, fls. 143, que o pagamento para o Técnico de Suporte Rafael de Souza Barreto, foi efetuado a partir do dia 08/02/2010 – data da admissão do mesmo, não constando Folha de Pagamento para outro Técnico de Suporte para os dias 01 a 07/02/2010, ficando evidenciado, dessa forma, que no período de 07 (sete) dias, os serviços foram prestados em desacordo com o contrato, ou seja, com um posto a menos. Ressalta-se que, além da folha de pagamento, as cópias da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE) e da Relação de Tomadores/Obras (RET), do mês de fevereiro/2010, constante às fls. 169 e 170 do referido processo, também demonstram a ausência de pagamento de sete dias do mês de fevereiro para um dos técnicos de suporte. Apesar do exposto acima, a Nota Fiscal de Serviços nº 601, referente aos serviços prestados no mês de fevereiro, no valor de R\$ 3.911,00, não sofreu nenhuma glosa.</p> <p>Recomendação: que seja efetuada a glosa na próxima nota fiscal/fatura a ser paga, proporcional ao serviço que não foi utilizado, conforme artigos da IN/SLTI/MP nº 02/2008 citados no item 6 do presente relatório; ou que seja apresentada a esta Auditoria Interna a documentação comprobatória, referente ao pagamento dos 7 (sete) dias restantes para outro empregado, de acordo com o item 2 do Anexo IV da referida Instrução Normativa, quais sejam:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) folhas de ponto do empregado para os dias 01 a 07/02/2010; b) folha de pagamento para os sete dias; c) cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE); d) cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET); e) cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP); 	<p>Providência adotada pelo Gestor do Contrato: encaminhamento das respostas da empresa Calma Informática Ltda. à Auditoria Interna, bem como realização de reunião com o Preposto da empresa, com a participação desta Auditora Interna.</p> <p>Resposta da empresa Calma Informática Ltda., datada de 01/10/2010: <i>O período de 01/02/2010 a 07/02/2010 foi coberto pela alocação do técnico de suporte Alexandre Reis Pinheiro. Segue em anexo os documentos comprobatórios.</i></p> <p><i>Informamos que a saída do profissional Alexandre foi solicitada pela FCRB (conforme documento em anexo) e que o mesmo foi realocado para o cliente IPHAN onde permanece até a presente data.</i></p> <p>Análise da Auditoria Interna: após análise da resposta da empresa Calma Informática Ltda., com os respectivos documentos comprobatórios, concluímos que o posto de serviço não ficou vazio no período de 01 a 07/02/2010, sendo o mesmo coberto pelo técnico de suporte Alexandre Reis Pinheiro.</p>	Recomendação implementada

<p><u>Item 8 do Relatório de Auditoria Interna</u> 8. Não foi identificado nos Processos Administrativos nºs 331/2006-80 (volumes 3 e 4) e 074/2006-80, o documento comprobatório da garantia contratual, equivalente a 3% (três por cento) do valor global do contrato.</p> <p>Recomendação: que seja exigido da empresa contratada o documento comprobatório da garantia contratual, em cumprimento ao estabelecido na cláusula quinta do Contrato nº 21/2009, na cláusula terceira do primeiro termo aditivo e artigo 56 da lei 8.666/93, <i>in verbis</i>:</p> <p>Alertamos que o Contrato nº 21/2009 sofreu repactuação contratual, devendo ser exigido também da contratada o reforço da garantia.</p> <p>Cláusula Quinta do Contrato nº 21/2009: <i>A Contratada deverá apresentar no prazo de até 30 dias a contar da data de sua subscrição deste Instrumento o documento comprobatório da garantia contratual, equivalente a 3% (três por cento) do seu valor global, devendo optar por uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, atualizada</i></p> <p>Cláusula Terceira do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2009: <i>A Contratada deverá apresentar no prazo de até 30 dias a contar da data de sua subscrição deste Termo Aditivo Instrumento o documento comprobatório da garantia contratual</i></p> <p>Artigo 56 da Lei 8.666/93: <i>Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.</i> <i>§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)</i> <i>I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de</i></p>	<p>Providência adotada pelo Gestor do Contrato: encaminhamento das respostas da empresa Calma Informática Ltda. à Auditoria Interna, bem como realização de reunião com o Preposto da empresa, com a participação desta Auditoria Interna.</p> <p>Resposta da empresa Calma Informática Ltda., datada de 01/10/2010: <i>Reconhecemos que houve uma falha em nosso controle interno. Desta forma, apresentaremos a garantia de R\$ 1.492,22 (referente a 3% de R\$ 49.740,72), até o dia 20/10/2010.</i> <i>O prazo requerido é apenas para cumprir os trâmites burocráticos da aquisição da garantia.</i></p> <p>Resposta da empresa Calma Informática Ltda., datada de 08/02/2011: <i>Embora tenhamos reconhecido a falha do nosso controle interno em não apresentar a garantia contratual requerida, data vênica, não há o menor sentido, a esta altura, a cobrança de garantia de contratos com vigência expirada.</i> <i>É importante ressaltar que, tanto o Contrato Original (vigência até 10/12/2009) quanto o Primeiro Termo Aditivo (vigência até 10/12/2010) foram executados e cumpridos de forma plena pela Calma Informática, não havendo neste período nenhuma ocorrência de inadimplemento contratual. Conforme § 4º. do Artigo 56 da Lei 8.666/93, a garantia prestada deve ser liberada após a execução do contrato. Portanto, ainda que a Calma Informática tivesse apresentado a garantia contratual requerida esse valor deveria ser devolvido a cada período contratual executado, ou seja, não seria cumulativo. Obviamente para o novo período contratado seria apresentado o mesmo valor devolvido (caso não houvesse reajuste contratual) ou o valor devolvido mais uma pequena diferença em caso de reajuste contratual.</i> <i>Desta forma, com base nos argumentos apresentados acima, concordamos em apresentar a garantia de 3% sobre o Segundo Termo Aditivo, cuja vigência compreende o período de 11/12/2010 a 10/06/2011.</i> <i>Conforme nossos cálculos o valor de garantia a ser apresentado (baseado no novo valor contratual) é de R\$ 797,88.</i> <i>Aguardamos o “de acordo” desta Fundação.</i></p> <p>Análise da Auditoria Interna: após análise das respostas da empresa Calma Informática Ltda., informamos o seguinte: esta Auditoria Interna, após reunião com a Procuradoria, concorda que o valor da garantia a ser apresentada é referente ao segundo Termo Aditivo, assinado em 02/12/2010, com vigência de 11/12/10 a 10/06/11; valor mensal (após</p>	<p>Recomendação implementada, considerando que foi apresentada a esta Auditoria Interna a documentação comprobatória referente ao depósito da garantia contratual, conforme fls. 437 a 439 do Processo Administrativo nº 074/2006-80.</p>
--	--	---

<p>custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)</p> <p>II - seguro-garantia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)</p> <p>III - fiança bancária. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)</p> <p>(...)</p> <p>Recomendamos, ainda, que doravante, seja exigido da empresa o documento comprobatório da garantia contratual, de forma tempestiva, em cumprimento à Lei nº 8.666/93 e à Portaria/Presidência/FCRB nº 30, de 07/07/2010, publicada no Boletim Interno do mês de Julho/2010, de 06/08/2010 <i>in verbis</i>:</p> <p>4.1.8. Averiguar se a garantia contratual foi feita e se consta sua comprovação no processo da contratação, nos casos em que esta for exigida. Sempre verificar a veracidade da garantia prestada, entrando em contato com a instituição financeira ou qualquer outra diligência necessária para tal fim.</p>	<p>repactuação) de R\$ 4.434,78; e valor total de R\$ 26.608,68. Sendo, portanto, o valor da garantia contratual de R\$ 798,26.</p> <p>No entanto, ressaltamos, a título de assessoramento, que o Tribunal de Contas da União – TCU, através do Acórdão 714/2009 – Plenário, já se pronunciou no sentido de que se adote uma postura rigorosa na aplicação de sanções contratuais e legais, e aplique medidas corretivas tempestivas, por ocasião de inexecuções contratuais dos contratos de prestação de serviços em geral, especialmente, quanto ao cumprimento de prazo de apresentação de garantia contratual, em observância ao disposto no art.55 c/c art. 87 da Lei nº 8.666/93.</p>	
<p><u>Item 9 do Relatório de Auditoria Interna</u></p> <p>9. Não consta no Processo Administrativo nº 074/2006-80 as comprovações das datas das entregas das notas fiscais, na FCRB, pela contratada, impossibilitando a verificação de que o pagamento à empresa foi efetuado no prazo estipulado na IN/STLI/MP/Nº 02/2008 e na lei nº 8.666/93.</p> <p>Recomendação: que, doravante, seja registrado nos autos, pelo Gestor do Contrato, a data da entrega da Nota Fiscal, pela empresa, a fim de que fique evidenciado o cumprimento do prazo para pagamento, conforme determina os parágrafos 3º e 4º do artigo 36 da IN/SLTI/MP/Nº 02/2008; parágrafo 3º do artigo 5º e letra “a” do inciso XIV do art.40, ambos da Lei nº 8.666/93, <i>in verbis</i>:</p> <p>(...)</p>	<p>Providência adotada pelo Gestor do Contrato: registrou as datas dos recebimentos das Notas Fiscais, referentes aos meses de setembro/2010 a fevereiro/2011.</p> <p>Análise da Auditoria Interna: verificamos no Processo Administrativo nº 074/2006-80, que a recomendação foi implementada</p>	Recomendação implementada
<p><u>Item 10 do Relatório de Auditoria Interna</u></p> <p>10. Observou-se que as Guias da Previdência Social – GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF constantes do</p>	<p>Providência adotada pelo Gestor do Contrato: encaminhamento das respostas da empresa Calma Informática Ltda. à Auditoria Interna, bem como realização de reunião com o Preposto da empresa, com a participação</p>	Recomendação não implementada

Processo Administrativo nº 074/2006-80 não estão compatíveis com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados. Aparentemente, os recolhimentos referem-se ao total de empregados da empresa.

Recomendação: que sejam exigidas da empresa as GPS e GRF compatíveis com os empregados vinculados ao contrato firmado entre a empresa e esta Fundação, em cumprimento ao inciso I do parágrafo 1º do artigo 36 da IN/SLTI/MP nº 02/2008, ao parágrafo 5º do artigo 219 do Decreto 3.048/99, *in verbis*:

Inciso I do parágrafo 1º do artigo 36 da IN/SLTI/MP nº 02/2008:

Art. 36. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no [art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993](#), observado o disposto no art. 35 desta Instrução Normativa e os seguintes procedimentos: (Redação dada pelo(a) [Instrução Normativa 03/2009/SLTI/MP](#))

§ 1º A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

I - do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados; (grifo nosso)

Parágrafo 5º do artigo 219 do Decreto 3.048/99:

§ 5º O contratado deverá elaborar folha de pagamento e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social distintas para cada estabelecimento ou obra de construção civil da empresa contratante do serviço. (grifo nosso)

desta Auditora Interna.

Resposta da empresa Calma Informática Ltda., datada de 01/10/2010: *Realmente, as guias GPS e GRF são pagas de uma forma global para toda a empresa, conforme determinação do INSS e da Receita Federal. Não há outra forma legal de realizar tal pagamento.*

A cada mês, juntamente com a NF, a Calma Informática envia à FCRB a Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP, que é enviada eletronicamente ao Ministério da Fazenda (vide Protocolo de Envio de Arquivo Conectividade Social).

A Relação de Trabalhadores (SEFIP) contém as informações de INSS e FGTS referente a cada empregado vinculado ao referido contrato.

A Relação de Trabalhadores (SEFIP) contém várias páginas (por conter dados de todos os funcionários da empresa). Evidentemente enviamos à FCRB somente a página referente aos empregados vinculados ao referido contrato.

Resposta da empresa Calma Informática Ltda., datada de 08/02/2010: “Os documentos requeridos seguem em anexo.”

Análise da Auditoria Interna: após análise da resposta da empresa Calma Informática Ltda., e, considerando que existem empresas que apresentam as GPS e GRF compatíveis com os empregados vinculados ao contrato, recomendamos ao Gestor do Contrato, que interceda junto à empresa, no sentido de que a mesma envie esforços para o cumprimento, doravante, do artigo 36 da IN/SLTI/MP nº 02/2008.

<p><u>Item 11 do Relatório de Auditoria Interna</u></p> <p>11. Não consta no Processo Administrativo nº 074/2006-80 as comprovações das seguintes obrigações trabalhistas:</p> <p>a) do pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;</p> <p>b) do fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação;</p> <p>c) do pagamento do 13º salário;</p> <p>d) da concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;</p> <p>e) da realização de exames admissionais e demissionais e periódicos;</p> <p>f) dos eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei;</p> <p>e) do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED.</p> <p>Também não foi evidenciada no processo a folha de pagamento referente ao 13º salário do ano de 2009 e a folha de pagamento do mês de abril/2010.</p> <p>O restante das folhas de pagamento está anexado no processo, porém não constam as devidas comprovações de pagamentos aos empregados, tampouco se os referidos pagamentos foram feitos dentro do prazo previsto em lei.</p> <p>Recomendação: a fim de se evitar problemas de ordem trabalhista para esta Fundação, recomendamos que seja solicitado da empresa a folha de pagamento do mês de abril/2010 e a folha de pagamento referente ao 13º salário do ano de 2009. Além disso, a empresa deverá apresentar todas as comprovações citadas neste item, tendo em vista que um dos procedimentos a serem observados antes do pagamento à contratada é se a Nota Fiscal está acompanhada das comprovações do cumprimento das obrigações trabalhistas, referente a última Nota Fiscal que tenha sido paga pela Administração, conforme dispõem o inciso III, parágrafo 1º, art. 36 e o parágrafo 5º do art. 34, ambos da IN/SLTI/MP nº 02/2008, <i>in verbis</i>: (...)</p>	<p>Providência adotada pelo Gestor do Contrato: encaminhamento das respostas da empresa Calma Informática Ltda. à Auditoria Interna, bem como realização de reunião com o Preposto da empresa, com a participação desta Auditoria Interna.</p> <p>Resposta da empresa Calma Informática Ltda., datada de 01/10/2010: <i>Conforme solicitado, estamos encaminhando em anexo a Folha de Pagamento do 13º. Salário de 2009 e do mês abril de 2010. Estamos enviando também a RAIS e o CAGED (item 11.e). Quanto a comprovação dos demais documentos, enviaremos até o dia 20/10/2010, devido ao grande volume de documentos. Nas próximas faturas passaremos a enviar também os documentos elencados no referido item.</i></p> <p>Resposta da empresa Calma Informática Ltda., datada de 08/02/2011: “Os documentos requeridos seguem em anexo.”</p> <p>Análise da Auditoria Interna: após análise da resposta da empresa Calma Informática Ltda., com os respectivos documentos comprobatórios, informamos o que seguinte:</p> <p>Foram apresentados pela empresa os seguintes documentos: folha de pagamento do mês de abril/2010; folha de pagamento referente ao 13º salário do ano de 2009; RAIS – Ano-Base 2009; CAGED - mês de referência: julho/2009; CAGED - mês de referência: fevereiro/2010.</p> <p>Faltando, portanto, as seguintes comprovações: da concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei; da realização de exames admissionais e demissionais e periódicos; dos eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei; do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a CAGED (só foram apresentadas dos meses de julho/2009 e fevereiro/2010).</p>	<p>Recomendação parcialmente implementada</p>
---	---	---

<p><u>Item 12 do Relatório de Auditoria Interna</u> 12. Verificou-se que no Processo Administrativo nº 074/2006-80 não consta as cópias das folhas de pontos dos empregados.</p> <p>Recomendação: que seja solicitado da empresa as cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado, em cumprimento ao subitem 2.2 do Anexo IV da IN/SLTI/MP nº 02/2008, <i>in verbis</i>:</p> <p>Anexo IV - 2. Fiscalização Mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura): 2.2 Verificar na planilha-mensal o número de dias e horas trabalhados efetivamente. Exigir que a empresa apresente cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST). Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deve ser feita glosa da fatura.</p>	<p>Providência adotada pelo Gestor do Contrato: encaminhamento das respostas da empresa Calma Informática Ltda. à Auditoria Interna, bem como realização de reunião com o Preposto da empresa, com a participação desta Auditoria Interna.</p> <p>Resposta da empresa Calma Informática Ltda., datada de 01/10/2010: <i>Conforme solicitado, enviaremos as cópias das Folhas de Ponto até o dia 20/10/2010, devido ao grande volume de documentos.</i> <i>Nas próximas faturas passaremos a enviar também os documentos elencados no referido item.</i></p> <p>Análise da Auditoria Interna: após análise da resposta da empresa Calma Informática Ltda., e verificação no volume 1 do Processo Administrativo nº 074/2006-80, referente aos pagamentos relativos aos serviços prestados nos meses setembro a dezembro/2010, fls. 284 a 374, não foi detectada nenhuma folha de ponto dos empregados.</p>	<p>Recomendação não implementada</p>
<p><u>Item 13 do Relatório de Auditoria Interna</u> 13. Não foi evidenciado no Processo Administrativo nº 074/2006-80 as cópias das anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).</p> <p>Recomendação: que seja exigido da contratada a apresentação das cópias das CTPS e contratos de trabalho, a fim de certificar-se: de que os prestadores de serviço mantêm vínculo formal com a empresa contratada; de que a função e os salários foram anotados corretamente, em cumprimento ao estabelecido no subitem 1.2 do Anexo IV da IN/SLTI/MP nº 02/2008, <i>in verbis</i>:</p> <p>Anexo IV - 1. Fiscalização Inicial (no momento em que a terceirização é iniciada): 1.2 Conferir todas as anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados, por amostragem, e verificar se elas coincidem com o informado pela empresa e pelo empregado. Atenção especial para a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (importante esteja corretamente discriminada em salário-base, adicionais</p>	<p>Providência adotada pelo Gestor do Contrato: encaminhamento das respostas da empresa Calma Informática Ltda. à Auditoria Interna, bem como realização de reunião com o Preposto da empresa, com a participação desta Auditoria Interna.</p> <p>Resposta da empresa Calma Informática Ltda., datada de 01/10/2010: “Conforme solicitado, estamos encaminhando em anexo as cópias das CTPS e dos Contratos de Trabalho.”</p> <p>Análise da Auditoria Interna: após análise da resposta da empresa Calma Informática Ltda., com os respectivos documentos comprobatórios, verificamos que foram enviadas as cópias das CTPS e dos Contratos de Trabalho. Solicitamos a manifestação formal do gestor do contrato quanto à conferência das Carteiras de Trabalho, conforme previsto no subitem 1.2 do Anexo IV da IN/SLTI/MP nº 02/2008.</p>	<p>Recomendação parcialmente implementada</p>

<p><i>e gratificações) e todas as eventuais alterações dos contratos de trabalho.</i></p> <p>Ressaltamos que a CLT disciplina em que situações as anotações são necessárias. Vide, a seguir, os artigos 29 e 30 da CLT:</p> <p><i>Art. 29 - A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de quarenta e oito horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>§ 2º - As anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social serão feitas: (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)</i></p> <p><i>a) na data-base; (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)</i></p> <p><i>b) a qualquer tempo, por solicitação do trabalhador; (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)</i></p> <p><i>c) no caso de rescisão contratual; ou (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)</i></p> <p><i>d) necessidade de comprovação perante a Previdência Social. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)</i></p> <p><i>Art. 30 - Os acidentes do trabalho serão obrigatoriamente anotados pelo Instituto Nacional de Previdência Social na carteira do acidentado. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 926, de 10.10.1969)</i></p>		
<p><u>Item 14 do Relatório de Auditoria Interna</u></p> <p>14. Não consta nos Processos Administrativos nºs 331/2006-80 (volumes 3 e 4) e 074/2006-80 a Ordem de Serviço de designação do Gestor do Contrato.</p> <p>Recomendação: que seja anexada ao processo uma cópia Ordem de Serviço de designação do Gestor do Contrato com a indicação do Boletim Interno da Fundação Casa de Rui</p>	<p>Providência adotada pelo Gestor do Contrato: o Gestor do Contrato informou a esta Auditoria Interna que efetuou uma busca nos Boletins Internos da FCRB e não encontrou a Ordem de Serviço referente a sua designação formal como Gestor do Contrato nº 21/2009.</p> <p>Análise da Auditoria Interna: diante da resposta do Gestor do Contrato, solicitamos à CGPA informações quanto à designação formal do referido gestor.</p>	<p>Recomendação não implementada</p>

<p>Barbosa em que a mesma foi publicada, conforme estipulado no item 3.2 da Portaria/Presidência/FCRB nº 30, de 07/07/2010, <i>in verbis</i>:</p> <p>3.2. <i>A designação do gestor e do fiscal do contrato e de seus substitutos eventuais será por meio de Ordem de Serviço do Coordenador Geral de Planejamento e Administração, a ser publicada no Boletim Interno da Fundação Casa de Rui Barbosa, conforme modelo constante do Anexo II, desta portaria.</i></p>		
<p><u>Item 15 do Relatório de Auditoria Interna</u> 15. Identificou-se que na Guia da Previdência Social – GPS do mês de dezembro/2009, fls. 116 do Processo Administrativo nº 074/2006-80, consta o valor do INSS zerado no campo 6, existindo apenas o valor de R\$ 7.745,57 no campo 10 – valor de outras entidades.</p> <p>Recomendação: que o Gestor do Contrato solicite justificativa/esclarecimentos junto à empresa contratada.</p>	<p>Providência adotada pelo Gestor do Contrato: encaminhamento das respostas da empresa Calma Informática Ltda. à Auditoria Interna, bem como realização de reunião com o Preposto da empresa, com a participação desta Auditoria Interna.</p> <p>Resposta da empresa Calma Informática Ltda., datada de 01/10/2010: <i>Justificativa: No mês de dezembro alguns órgãos públicos solicitam antecipação de pagamento. Com isso, as NF's que deveriam ser entregues em janeiro são emitidas antecipadamente no próprio mês de dezembro. Somadas às NF's de novembro que também são emitidas neste mês, sempre há duplicidade de receita (para alguns órgãos públicos) no mês de dezembro.</i> <i>Em consequência disso, o valor do INSS retido na fonte acaba sendo superior ao INSS devido no próprio mês. Como o campo 6 não pode conter valor negativo, a guia é preenchida com valor zerado e a compensação da diferença (retida a mais pelos clientes) é realizada no próximo mês. Vale lembrar que esta diferença não pode ser compensada no campo 10 (outras entidades). Este é um procedimento legal estabelecido pelo INSS.</i> <i>Para facilitar o entendimento, segue em anexo relatório do Sistema Alterdata detalhando a guia do GPS.</i></p> <p>Análise da Auditoria Interna: após análise da resposta da empresa Calma Informática Ltda., aceitamos a justificativa da empresa.</p>	<p>Recomendação implementada</p>
<p><u>Item 16 do Relatório de Auditoria Interna</u> 16. Observou-se que quando do pagamento da diferença do período de setembro/2009 a fevereiro/2010, no total de R\$ 1.404,36 (R\$ 234,06 por mês), foi utilizado o orçamento do exercício de 2010, inclusive para a diferença referente ao exercício de 2009 (setembro a dezembro).</p>	<p>Providência adotada pela Administração: efetuado o reconhecimento de dívida pela senhora Presidente em exercício, bem como os devidos acertos orçamentários e contábil pelos setores competentes.</p> <p>Análise da Auditoria Interna: após análise da documentação anexada á fls. 276 a 283 do Processo Administrativo nº 074/2006-80, consideramos</p>	<p>Recomendação implementada</p>

<p>Recomendação: que seja efetuado o reconhecimento da dívida e empenhado em despesas de exercícios anteriores o valor referente ao exercício de 2009 (setembro a dezembro), em obediência ao artigo 37 da Lei nº 4.320/64 e artigo 22 do Decreto nº 93.872/86, <i>in verbis</i>: (...)</p> <p>Visando evitar fatos desta natureza e considerando que a data-base da categoria é no dia 1º de setembro, recomendamos, ainda, ao gestor do contrato, doravante, no caso da repactuação não acontecer dentro do exercício, fazer uma estimativa da diferença do valor mensal do contrato não pago dentro do exercício e solicitar empenho para inscrição em restos a pagar.</p>	<p>implementada a recomendação.</p>	
<p><u>Item 17 do Relatório de Auditoria Interna</u> 17. Verificou-se a ausência das planilhas exigidas no anexo IV da IN/SLTI/MP/Nº 02/2008, devidamente preenchidas.</p> <p>Recomendação: que o Gestor do Contrato preencha a planilha-resumo e as planilhas mensais, em conformidade com os subitens 1.1 e 2.1 do Anexo IV da IN/SLTI/MP/Nº 02/1008 (vide a transcrição abaixo). Sendo que a planilha-resumo ficará na sua guarda e será anexada ao processo quando do encerramento do contrato; e as planilhas mensais, que serão preenchidas, doravante, no início de cada mês e alimentadas ao longo do respectivo mês, serão assinadas pelo Gestor do Contrato e anexadas ao processo antes do pagamento mensal.</p> <p>Ressaltamos que o controle, feito pelo Gestor do Contrato, do nº de dias e horas efetivamente trabalhados, acontece por meio da planilha-mensal; e o controle de férias, por meio da planilha-resumo.</p> <p><i>1.1 Elaborar planilha-resumo de todo o contrato administrativo. Ela conterá todos os empregados terceirizados que prestam serviços no órgão, divididos por contrato, com as seguintes informações: nome completo, número de CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale</i></p>	<p>Providência adotada pelo Gestor do Contrato: não foram tomadas as providências.</p> <p>Análise da Auditoria Interna: após verificação no Processo Administrativo nº 074/2006-80, não detectamos as planilhas exigidas no anexo IV da IN/SLTI/MP/Nº 02/2008, devidamente preenchidas.</p>	<p>Recomendação não implementada</p>

<p><i>transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências, horas extras trabalhadas.</i></p> <p><i>2.1 Elaborar planilha-mensal que conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências.</i></p>		
<p>Item 18 do Relatório de Auditoria Interna</p> <p>18. Nas Notas Fiscais de Serviço nºs 505 de 03/08/09, 522 de 01/09/09, 537 de 01/10/09, 548 de 03/11/09, 563 de 03/12/09, 572 de 04/01/10, 588 de 01/02/10, 601 de 01/03/10, 604 de 10/03/10, 625 de 01/04/10, 643 de 03/05/10, 659 de 02/06/10 e 680 de 06/07/10, anexadas ao Processo Administrativo nº 074/2006-80, consta apenas o destaque do percentual de retenção (INSS - 11%), enquanto que deveria constar o destaque do valor, conforme estabelecido na legislação vigente.</p> <p>Ressaltamos que na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e nº 00000005, de 04/08/2010, referente aos serviços prestados no mês de julho/2010, já constam os valores destacados, referentes à retenção.</p> <p>Recomendação: que seja observado pelo Gestor do Contrato, doravante, se os valores referentes à retenção (11% sobre o valor bruto da nota fiscal) estão destacados, conforme disposto no artigo 126 da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, <i>in verbis</i>:</p> <p><i>Art. 126. Quando da emissão da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços, a contratada deverá destacar o valor da retenção com o título de "RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL", observado o disposto no art. 120.</i></p> <p><i>§ 1º O destaque do valor retido deverá ser identificado logo após a descrição dos serviços prestados, apenas para produzir efeito como parcela dedutível no ato da quitação da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços, sem alteração do valor bruto da nota, da fatura ou do recibo de prestação de serviços.</i></p> <p><i>§ 2º A falta do destaque do valor da retenção, conforme disposto no caput, constitui infração ao § 1º do art. 31 da Lei</i></p>	<p>Análise da Auditoria Interna: após verificação no Processo Administrativo nº 074/2006-80, constatamos que a partir do faturamento mensal dos serviços prestados no mês de julho/2010, estão sendo apresentadas Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas, cujos valores das retenções já se encontram destacados.</p>	<p>Recomendação Implementada</p>

<p>nº 8.212, de 1991.</p> <p><u>Item 19 do Relatório de Auditoria Interna</u> 19. Algumas folhas dos Processos Administrativos nºs 331/2006-80 (volumes 3 e 4) e 074/2006-80, cujos versos não foram utilizados, não constam a aposição do carimbo “Em branco”, sendo que o processo 074/2006-80 já está com 248 folhas, excedendo ao número de folhas estipulado nos normativos em vigor.</p> <p>Recomendação: a) que seja efetuada a aposição do carimbo “Em branco”, a fim de inutilizar os espaços em branco, bem como a utilização de carimbo próprio para colocação do número, conforme estipulado na Portaria SLTI/MP nº 12, de 23/11/2009, <i>in verbis</i>:</p> <p><i>Art. 1º Os itens primeiro e sétimo do subitem 5.2 do Anexo à Portaria Normativa nº 5, de 19 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:</i> 5.2 NUMERAÇÃO DE FOLHAS E DE PEÇAS <i>As folhas dos processos serão numeradas em ordem crescente, sem rasuras, devendo ser utilizado carimbo próprio para colocação do número, aposto no canto superior direito da página, recebendo, a primeira folha, o número 1. O verso da folha não será numerado e sua identificação quando for necessária terá como referência a letra "v", da palavra verso. Exemplo: folha 3v. A capa do processo não será numerada.</i></p> <p>.....</p> <p><i>Qualquer solicitação ou informação inerente ao processo será feita por intermédio de despacho no próprio documento ou, caso seja possível, em folha de despacho, a ser incluída ao final do processo, utilizando-se tantas folhas quanto necessário. Poderá ser utilizada a frente e o verso da folha de despacho, não se permitindo a inclusão de novas folhas até o seu total aproveitamento do verso. No caso de inserção de novos documentos no processo, inutilizar o espaço em branco da última folha de despacho, apondo o carimbo "Em branco".</i></p>	<p>Providência adotada pelo Gestor do Contrato: foi cumprida a recomendação.</p> <p>Análise da Auditoria Interna: verificamos que foi aberto o volume 1 do Processo Administrativo nº 074/2006-80, e, em cada volume estão constando menos de 200 folhas. Verificamos, ainda, que as folhas dos Processos Administrativos nºs 331/2006-80 (volumes 3 e 4) e 074/2006-80 (três volumes), cujos versos não foram utilizados, estão com a aposição do carimbo “Em branco”.</p>	<p>Recomendação implementada</p>
---	---	----------------------------------

<p>b) que, doravante, seja observado o limite de 200 folhas para cada volume dos processos administrativos, conforme estabelece o subitem 5.8 da Portaria Normativa MPOG/SLTI nº 05, de 19/12/2002, <i>in verbis</i>:</p> <p><i>5.8 ENCERRAMENTO DO PROCESSO E ABERTURA DE VOLUME SUBSEQUENTE</i></p> <p>5.8.1 O encerramento dos processos será: (...) <i>Os autos não deverão exceder a 200 folhas em cada volume, e a fixação dos colchetes observará a distância, na margem esquerda, de cerca de 2cm.</i> <i>Quando a peça processual contiver número de folhas excedente ao limite fixado nesta norma, a partir do próximo número, formar-se-ão outros volumes.</i></p>		
<p><u>Item 20 do Relatório de Auditoria Interna</u></p> <p>20. Verificou-se a ausência da Nota de empenho nº 900477, de 08/12/2009, no Processo Administrativo nº 074/2006-80.</p> <p>Recomendação: que seja anexada a referida Nota de Empenho no processo.</p>	<p>Providência adotada pelo Gestor do Contrato: foi cumprida a recomendação.</p> <p>Análise da Auditoria Interna: verificamos que foi anexada a Nota de empenho nº 900477, de 08/12/2009, no Processo Administrativo nº 074/2006-80.</p>	<p>Recomendação implementada</p>

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

A avaliação da conformidade e do desempenho empreendidos para o desenvolvimento das ações e das atividades da Fundação Casa de Rui Barbosa é a de que cumprimos a missão que nos orienta, cientes de que sempre há o que aperfeiçoar e a fazer.

Ressaltaríamos, mais uma vez, a premente necessidade de realização de concurso público para o aumento de pessoal laborativo, em substituição aos que vêm se aposentando nos últimos anos, de modo a viabilizar a renovação do quadro e aumentar a qualificação.

Em 2010 houve cumprimento das metas planejadas da maioria das ações; outras não puderam ser realizadas plenamente em razão de variados fatores, que procuramos descrever no corpo deste relatório.

PARTE B, INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

18. Declaração do Contador Responsável pela UJ

ANEXO III – Declaração Plena

19. Demonstrações contábeis previstas na lei 4.320/64, conforme disposto na resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6)

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

20. Demonstrações contábeis previstas na lei 6.404/76

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

21. Informações sobre a composição acionária do capital social

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

22. Parecer da auditoria independente

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

ANEXOS

I. Declaração de registros atualizados no Siasg e no Siconv

II. Declaração da área de Recursos Humanos da UJ sobre a entrega das declarações de bens e rendas

III. Declaração da Contadora

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Declaramos que as informações referentes a contratos e convênios estão disponíveis e atualizadas respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – Siasg e no Sistema de Gestão de Convênios – Siconv, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2011



Carlos Renato Costa Marinho
Coordenador-Geral de Planejamento e Administração
Matrícula Siape: 13423-00



DECLARAÇÃO

Declaramos que, em cumprimento às obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, os servidores da FCRB estão em dia com a entrega das declarações de bens e rendas, permanecendo as mesmas arquivadas nesta Fundação à disposição dos órgãos de controles interno e externo.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2011.

Claudia Maria Magalhães Rocha

Claudia Maria Magalhães Rocha

Chefe do Serviço de Administração de Recursos Humanos



Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Fundação Casa de Rui Barbosa			344001
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	01/03/2011
Contador Responsável	Andréa Pereira Lyrio Barreto	CRC nº	RJ 072887-0

Andréa P. L. Barreto.

Fundação Casa de Rui Barbosa

Presidente

José Almino de Alencar

Diretora Executiva

Rosalina Gouveia

Diretora do Centro de Pesquisa

Rachel Valença

Diretora do Centro de Memória e Informação

Ana Pessoa

Coordenador Geral de Planejamento e Administração

Carlos Renato Costa Marinho

Auditora interna

Maria dos Anjos Vieira Labres

Procurador-chefe

Alessandro Quintanilha Machado

Chefes de Divisão/Serviço e Assistentes

Adriano da Gama Kury (Filologia)

Antônio Herculano Lopes/Marcos Guedes Veneu (História)

Cláudia Altschüller (Comunicação Social)

Cláudia Maria Magalhães Rocha (Pessoal)

Christiane Laidler de Souza (Direito)

Dilza Ramos Bastos (Biblioteca)

Edmar Moraes Gonçalves (Preservação)

Eduardo Coelho (Arquivo-Museu de Literatura Brasileira)

Flavio Luiz Bomfim (Informática)

Jorge José Antunes (Assistente Técnico da Presidência)

Jurema da Costa Seckler (Museu)

Lia Calabre (Política Cultural)

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (Arquivo)

Mara Sueli Ribeiro Lima (Difusão Cultural)

Maria Alice Villas-Boas (Planejamento)

Marilan Borges Caldas (Administração e Serviços Gerais)

Rejane de Almeida Magalhães (Ruiano)

Stela Kaz/Benjamin Albagli (Editoração)

Thelma Itapary Neves/Andrea Pereira Lyrio Barreto (Orçamento e Finanças)